

ANDERSON VINICIUS DELL PIAGGE PIVA

DENTRO DA TARDE MANSA: o sujeito-
revolucionário e os limites históricos do modo de
produção capitalista



ANDERSON VINICIUS DELL PIAGGE PIVA

DENTRO DA TARDE MANSA: o sujeito-revolucionário e os limites históricos do modo de produção capitalista

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Maria Ribeiro do Valle

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.
2017

Dell Piagge Piva, Anderson Vinicius

Dentro da tarde mansa: o sujeito-revolucionário e os limites históricos do modo de produção capitalista / Anderson Vinicius Dell Piagge Piva – 2017
100f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara) Orientador: Maria Ribeiro do Valle

1. Marxismo. 2. Classe Operária. 3. Socialismo. 4. Operários metalúrgicos. I. Título.

ANDERSON VINICIUS DELL PIAGGE PIVA

DENTRO DA TARDE MANSA: o sujeito-revolucionário e os limites históricos do modo de produção capitalista

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Maria Ribeiro do Valle

Bolsa: CNPq

Data da defesa: 23/03/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Livre Docente Maria Ribeiro do Valle

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Campus de Araraquara/SP
- Faculdade de Ciências e Letras

Membro Titular: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Campus de Araraquara/SP
- Faculdade de Ciências e Letras

Membro Titular: Prof. Dr. Daniel Pícaro Carlos

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Ao Lucas, ao Benício e ao Noah

Ao José Piva e ao Carmo Dell Piagge, presentes

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à professora Maria Ribeiro do Valle, pela paciência e dedicação. Quando a procurei, no início da Graduação, com o propósito de estudar o marxismo, ela me alertou para o fato de que nadaríamos contra a corrente e, segundo se dizia nos altos píncaros do Olimpo universitário brasileiro, “o marxismo estava fora de moda”. Resolvemos assumir, com todas as consequências, a nossa condição de *démodés* e seguimos, firmes, rio acima.

Na fase mais difícil da redação deste trabalho quebrei a mão. Agradeço ao doutor Felipe de Marco e ao Thiago Piva, que a reabilitaram rapidamente.

O professor Milton Lahuerta, com seu brilhantismo, me influenciou não apenas no processo de redação desta dissertação, mas na minha postura como estudioso. Suas indicações foram valiosíssimas para este e para futuros trabalhos. Talvez ele não saiba, mas colecionei, nos cursos pelos quais passei, alguns heróis. O professor Milton é um deles.

Outro professor a quem não poderia deixar de mencionar é Luiz Sezinando de Menezes. Além de ter sido o primeiro a me alertar sobre a importância e a beleza da história do Brasil colonial e a ter me chamado a atenção para a genialidade do Padre Antônio Vieira, foi com ele que comecei a questionar certos axiomas (mal) atribuídos ao marxismo. Esta pesquisa, de certa forma, começou a ser elaborada há dez anos, quando ele ficava, depois das aulas, a discutir questões teóricas do marxismo comigo.

Ao professor Manoel eu devo minha entrada no universo em que vivo há dezessete anos. Em nossa primeira aula, contou-me que em sua casa, logo na entrada, havia uma foto de Samora Machel pendurada na parede. À tarde fui pesquisar quem era aquele personagem histórico de quem jamais ouvira falar. Desde então, nunca mais parei de pesquisar. Na porta de entrada para a estrada que me trouxe até aqui tinha uma foto de Samora Machel pendurada.

Ao Alexandre Vergara, a Paula Piva, ao Rafael Palomino, ao Ademar Lourenço e ao Lucas Paolillo eu devo as amizades mais inteligentes que alguém pode conceber. Nossas conversas e debates ajudaram no resultado final deste trabalho – por cujos defeitos eles não são responsáveis.

Agradeço ao professor Daniel Pícaro Carlos, a quem considero o maior talento de sua geração. Jamais conheci alguém tão jovem e com tanto conhecimento – de livros e de mundo.

Ao Luis Henrique, meu tio, que tanto tardou a chegar, mas ainda a tempo de me presentear com um dos livros fundamentais da bibliografia utilizada neste estudo.

Agradeço ao Dito Piva por ter me explicado, há vinte e cinco anos, quem era aquele tal de Mikhail Gorbachev que não saía dos jornais. Espero retribuir a explicação com este pequeno trabalho.

Agradeço a Gabriela de Marchi Santiago Silva por tantos livros, tantas histórias e tantas risadas.

Agradeço a Dani Vanzo e a Fernanda Chiva por estarem do meu lado, mesmo distantes.

Agradeço a Neuci e a Aninha. Por tudo.

Esta pesquisa não teria sido realizada sem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao qual sou imensamente grato.

Agradeço, por fim, ao Miles Davis, por ter tornado felizes os intervalos deste trabalho.

E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção

Vinicius de Moraes, *Nova Antologia Poética* (2008, p.208)

De que maneira Lévy se dá conta, e com desiludida surpresa, de que a classe não existe? Descobrimo jamais tê-la encontrado em seu caminho. E tem razão: por acaso vocês já tomaram café, alguma vez, num bar, com o Proletariado?

Umberto Eco, *Viagem na irrealidade cotidiana* (1984, p.312)

RESUMO

Este trabalho trata de uma questão crucial para a teoria marxista: a crescente contradição entre relações de trabalho e forças produtivas. No caso específico desta pesquisa, trata-se das relações de trabalho assalariado em face do desenvolvimento de modernas técnicas de produção. Através de um debate teórico com os autores Sergio Lessa e Ivo Tonet procura-se estabelecer os fundamentos para a definição conceitual de proletariado. Paralelamente, os possíveis limites históricos da produção baseada no trabalho assalariado estão traçados com base nas obras de Karl Marx e Roman Rosdolsky. Como suporte ao debate teórico, uma pesquisa empírica baseada em entrevistas com operários metalúrgicos de Araraquara e região fornece os dados e as informações necessárias para que se confronte os resultados da revisão bibliográfica com aqueles obtidos com a chamada pesquisa de campo. Uma discussão acerca dos fundamentos epistemológicos do materialismo histórico, em que se abordam três grandes concepções discrepantes sobre a natureza do socialismo, está presente no final desta dissertação, fundamentando todo o debate teórico aqui estabelecido.

Palavras-chave: Marxismo. Classe operária. Relações de produção. Teoria socialista. Operários metalúrgicos.

RESUMEN

Este trabajo trata de un tema crucial para la teoría marxista: la creciente contradicción entre las relaciones laborales y las fuerzas productivas. En el caso específico de este estudio, son las relaciones de trabajo ante el desarrollo de las modernas técnicas de producción. A través de un debate teórico con los autores Sergio Lessa e Ivo Tonet busca sentar las bases para la definición conceptual del proletariado. En paralelo, los posibles límites históricos de producción basadas en el trabajo asalariado se dibujan sobre la base de las obras de Karl Marx y Roman Rosdolsky. Para apoyar el debate teórico, hay la investigación empírica basada en entrevistas con los trabajadores metalúrgicos de la región de Araraquara que proporciona los datos y la información necesaria para permitirle hacer frente a los resultados de la revisión de la literatura con los obtenidos con la llamada investigación de campo. Una discusión sobre los fundamentos epistemológicos del materialismo histórico, en el que abordan tres grandes concepciones opuestas de la naturaleza del socialismo, está presente al final de esta tesis, basando todo debate teórico establecido aquí.

Palabras-claves: Marxismo. Clase obrera. Relaciones de producción. Teoría socialista. Metalúrgicos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNC	Comando Numérico Computadorizado
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1 – PANORÂMA TEÓRICO	11
2 – O TRABALHO NA FÁBRICA	30
2.1 – A teoria	30
2.2 – A prática: o testemunho operário	43
2.2.1 – “NOSSA EMPRESA” – Extratora de Suco de Laranja	43
2.2.2 – “FASEP” (Fábrica de Sondas de Exploração de Petróleo)	51
3 – O CAPITAL, UMA RELAÇÃO SOCIAL	67
3.1 – O ponto de vista soviético	70
3.2 – O ponto de vista de Trotski	79
3.3 – O ponto de vista de Marx e Engels: o capital como relação social	84
CONCLUSÕES	91
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	95

1 – PANORÂMA TEÓRICO

Em seu famoso conto *Pierre Menard, autor do Quixote*, Jorge Luis Borges imagina uma situação curiosa: em pleno século XX um obscuro autor pretende reescrever a obra máxima da literatura espanhola: “Não queria compor outro Quixote – o que é fácil – mas *o Quixote*”, diz o narrador. “Sua admirável ambição era produzir algumas páginas que coincidissem – palavra por palavra e linha por linha – com as de Miguel de Cervantes”. Os expedientes de que o personagem a princípio se valeria para a realização de seu objetivo são expostos de maneira irônica. Teria que conhecer bem o espanhol do século XVII, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros e os turcos, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 (o da concepção de *Dom Quixote*) e de 1918. Numa palavra: Pierre Menard teria que *ser* Miguel de Cervantes. Por fim, o autor abandona o seu método original por julgá-lo fácil. Convence-se de que seria mais interessante continuar a ser Pierre Menard e pôr-se reescrever o *Quixote* mediante as experiências de Pierre Menard.

A pequena história de Borges é um elogio ao escritor espanhol. Ao cotejar o *Dom Quixote* de Menard com o original, o narrador confessa: “O texto de Cervantes e o de Menard são verbalmente idênticos, mas o segundo é quase infinitamente mais rico”. E, através desse recurso cômico e dessa história fantástica, induz o leitor a acreditar que a obra de Cervantes, reescrita palavra por palavra, vale mais no século XX que no século XVII. Trata-se de um conto emblemático.

Para além da literatura, no entanto, alguns estudiosos aferraram-se à convicção de que basta valer-se, na sociologia, do método redundante de Menard para que se repitam descobertas originais. Assim, para esses autores, mais importante que os resultados gerais a que se podem chegar com a aplicação de um determinado método – como o materialismo histórico, por exemplo – seria repetir palavra por palavra (e através de uma exegese meticulosa que classifica hierarquicamente os escritos canônicos e apócrifos) os textos clássicos de Karl Marx. Como se verá, é o que fazem parecer Sérgio Lessa e Ivo Tonet ao lançarem mão de tais recursos para, aparentemente,

resolverem questões polêmicas envolvendo conceitos utilizados por Marx, sobretudo em seus escritos econômicos.

Lessa e Tonet, não obstante, são autores que se dedicam ao estudo de uma questão fundamental do nosso tempo: o debate sobre a centralidade do trabalho. Por isso, são parte importante do debate teórico que propomos nesta pesquisa.

No campo dos estudos que tratam das condições de vida e trabalho da classe operária contemporânea, duas correntes se destacam, no Brasil: uma representada por Ricardo Antunes, outra por Sérgio Lessa e Ivo Tonet. A origem das concordâncias e divergências que unem e separam os autores das duas correntes remonta ao debate acerca do papel político da classe trabalhadora.

Durante o século XX, autores como André Gorz trataram de dar o seu “adeus ao proletariado”, argumentando que a nova classe revolucionária não era constituída pelos trabalhadores, mas – no caso específico de Gorz – de uma “não-classe de não-trabalhadores”. Assim, o proletariado teria deixado de ser o centro das lutas políticas, cedendo lugar a uma classe que vivia em condições precárias e em situação instável (GORZ, 1982).

Ricardo Antunes, por sua vez, contrapõe-se a essa argumentação. Suas pesquisas tratam de demonstrar as condições em que vive a moderna classe operária; com isso, argumenta que a classe que ocupa o centro da luta política e econômica é a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2012). Todo aquele que vende sua força-de-trabalho e reproduz o capital seria, portanto, um integrante dessa classe. Os agentes políticos seriam aqueles inseridos diretamente no processo das relações de produção, ao contrário do que acreditava André Gorz, que localizava esse agente à margem do processo de produção capitalista.

Sérgio Lessa e Ivo Tonet também tecem críticas contundentes às concepções que negam a centralidade do trabalho. Assim como Ricardo Antunes, acreditam que a classe trabalhadora representa o centro da luta política e social. Mas há, contudo, uma diferença significativa em relação à definição de classe trabalhadora proposta por Antunes. Para Lessa e Tonet não se pode integrar à definição de proletariado todos os trabalhadores, mas apenas aqueles que modificam a natureza com o seu trabalho:

O trabalho é sempre manual. A única maneira de se transformar a matéria natural é através de processos químicos, físicos ou biológicos, ou seja, por meio de processos também naturais. Por isso, é preciso que a consciência empregue a matéria natural imediatamente sob seu

controle (o corpo humano) para desencadear os processos naturais necessários para a produção almejada. (LESSA & TONET, pag. 10, 2012).

A ênfase é posta não nas relações de produção entre os homens (o emprego do trabalho assalariado), mas na prática laborativa.

Segundo Lessa e Tonet, desde os anos 1960 até a atualidade, os “argumentos acerca do fim do papel revolucionário do proletariado podem ser agrupados em duas grandes hipóteses”. A primeira delas sustenta que o desenvolvimento do capitalismo teria levado ao fim do proletariado. Os autores adeptos dessa hipótese costumam defendê-la recorrendo a uma ou mais das três razões que seguem (LESSA & TONET, 2012):

- a) a automatização e a automação promoveram o fim do trabalho manual e, por conseguinte, do trabalho proletário.
- b) a elevação do padrão de vida e de consumo dos operários os teria transformado numa nova classe média. Desse modo, embora realize na prática o trabalho manual fabril, no contexto da reprodução global da sociedade o proletariado se assemelharia mais a uma classe média do que a um sujeito revolucionário.
- c) o desenvolvimento capitalista teria levado o capital a todos os poros da vida social. Por conseguinte, a contradição se daria entre a totalidade do trabalho e a totalidade do capital. Isso poderia acarretar duas consequências: ou teria levado ao fim das diferenças entre o proletariado e os demais assalariados, ou teria ampliado o trabalho para além do intercâmbio material com a natureza. Sendo assim, o assalariamento seria, hoje em dia, o critério a ser levado em conta para a distinção das classes sociais. Todos os autores que sustentam essa tese, a despeito de eventuais diferenças a respeito de outras questões, concordam em que o operariado e os trabalhadores, que na época de Marx ainda se podiam distinguir como dois grupos separados, se teriam fundido em uma única classe social.

Segundo Lessa e Tonet, os autores adeptos das teses acima expostas argumentam que o proletariado, tal como definido por Marx, teria perdido sua especificidade de classe, seja pela sua assimilação no conjunto geral dos assalariados, seja pela ampliação do trabalho proletário até a equiparação com todos os demais

trabalhos assalariados. O corolário dessa tese seria a constatação de que, com a perda da “condição específica” do proletariado, tanto o sujeito revolucionário como a revolução não seriam mais aqueles concebidos por Marx e Engels (LESSA & TONET, 2012, p.101-102).

A segunda hipótese que predica o fim do papel revolucionário do proletariado parte do argumento de que Marx teria definido esse mesmo proletariado como a totalidade dos trabalhadores assalariados. Lessa e Tonet sustentam que os defensores desse ponto de vista “desconsideram todas as passagens em que Marx afirma o oposto”, ou então “desautorizam os textos que Marx deixou acabados com rascunhos que ele optou por não publicar” (LESSA & TONET, 2012, p.103-104).

Nós nos referíamos, acima, à pequena fábula de Pierre Menard: também Lessa e Tonet, embora tenham o mérito de identificar “a centralidade do trabalho” na sociedade contemporânea, e suas necessárias implicações políticas, econômicas e sociais, percorrem um trajeto peculiar até chegar às suas conclusões: cotejam passagens dos escritos de Marx, criando uma cisão arbitrária e duvidosa entre “rascunhos” (apócrifos) e “textos acabados” (canônicos). Ao estabelecer seu Cânone Muratori particular, os autores se dispensam do trabalho de argumentação através do movimento inverso àquele que criticam. De um lado censuram os que recorrem aos rascunhos de Marx para contestar os textos publicados em vida pelo autor alemão. De outro lado, afirmam a autoridade incontestada dos “textos acabados” contra os rascunhos apócrifos. De repente, o leitor se vê perdido numa guerra de citações, reinterpretações de frases pontuais, distorções, omissões de argumentos e de passagens incômodas. E, assim como o autor tardio do *Quixote*, impossibilitados de dominar bem o alemão do século XIX, de lutar contra Bismarck, Meternich e Guizot e de esquecer a história da Europa de 1867 (ano da publicação de *O Capital*) até os nossos dias, Lessa e Tonet pretendem restaurar a fé na revolução através da operação singela de Menard: convencem-se de que seria mais interessante continuar a ser Lessa & Tonet e põem-se a reescrever a obra canônica de Marx mediante as experiências de Sérgio Lessa e Ivo Tonet.

O resultado poderia ser um elogio a Marx, mas talvez não o seja. Acreditamos que o domínio do método de Marx e de sua teoria econômica *em geral* é mais importante que reinterpretações de passagens tidas arbitrariamente como canônicas. Com citações arrancadas de seu contexto, reelaboradas, reinterpretadas e mutiladas pode-se pretender provar qualquer coisa. Mas o resultado desse modo de proceder nem sempre é convincente ou satisfatório.

Lessa e Tonet, por exemplo, esgrimem-se contra citações a seu ver equivocadas de uma famosa passagem do Livro I de *O Capital*, um trecho em que, segundo os autores:

Marx afirma: “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla sua troca material com a Natureza”, considera-se apenas a parte da frase que afirma ser o trabalho “um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla sua troca material com a Natureza”. Deixada de lado a afirmação de que “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza”, tudo o que “media, regula e controla” a troca material com a natureza passa a ser trabalho. Logo, o supervisor e o administrador são tão operários quanto qualquer outro. [...] Como o industrial, ao organizar a produção articulando capital, matérias-primas e força de trabalho, “media, regula e controla” a troca material com a natureza, por que não seria ele também um proletário como outro qualquer? (LESSA & TONET, 2012, p.104).

A crítica de Lessa e Tonet à “desconsideração” da primeira parte da afirmação de Marx revela de modo exemplar o tom exegético dos argumentos desses autores. Trata-se sob esse ponto de vista, de uma mera questão escolástica: a *realidade é o escrito*; portanto, para se chegar a conhecer bem a realidade, é preciso conhecer o sentido mais profundo dos escritos. A nosso ver, nada menos parecido com o método de Marx do que esse procedimento de análise. Pode-se, em contraposição a nossos autores, citar igualmente passagens de textos “canônicos” de Marx, em que o argumento central de Lessa e Tonet é, por assim dizer, “refutado”, como se verá a seguir.

Para os autores de *Proletariado e sujeito revolucionário*, notávamos acima, apenas os trabalhadores manuais integrariam a definição de “proletário” e, por conseguinte, de potencial “revolucionário”. Argumentam que “para Marx, o proletariado não era sinônimo de trabalhador assalariado” (LESSA & TONET, 2012, p.105). No entanto, no Capítulo 23 de *O Capital*, “A lei geral da acumulação capitalista”, Marx afirma, em nota de rodapé, após demonstrar que “acumulação do capital é [...] multiplicação do proletariado” que:

Por “proletário” deve-se entender, do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza “capital” e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do “Monsieur Capital”, como Pecqueur denomina esse personagem. (MARX, 2013, p.690. *grifos nossos*).

Na nota supracitada Marx nos oferece uma definição pontual que não dá margem à dúvida. Proletário é apenas o assalariado que produz e valoriza capital. Dessa definição depreendem-se duas consequências para o debate proposto por Lessa e Tonet. Ao contrário desses autores, que afirmam ser o *trabalho manual* o decisivo para a definição de proletário (ou seja, um aspecto físico-prático), Marx acentua o caráter econômico, de relação social (ou seja, a *valorização do capital* promovida pelo assalariado).

Ao criticarem certas afirmações de Antônio Negri, bem como alguns de seus conceitos (o “amor pelo tempo por se constituir”, por exemplo, sob cuja influencia se desencadearia a revolução comunista), Lessa e Tonet criticam as “falsificadoras” operações teóricas, que possuiriam apenas duas variações: em primeiro lugar, “retiram-se do contexto algumas frases dos textos marxianos ou utilizam-se os rascunhos para desautorizar o texto final deixado acabado por Marx”. Apenas assim, argumentam, “tem sido possível ‘demonstrar’ como para Marx a totalidade dos assalariados compõe o proletariado” (LESSA & TONET, 2012, p.105).

Como vimos, segundo a definição precisa de Marx, não é “a totalidade dos assalariados” o que compõe o proletariado, mas apenas aqueles assalariados que produzem e valorizam capital. Ao negar que a totalidade dos assalariados possa integrar o conjunto do proletariado, Lessa e Tonet estão de acordo com a definição dada por Marx em *O Capital*. Mas os seus esforços exegéticos parecem esbarrar na definição econômica de Marx: para Lessa e Tonet, o trabalho manual; para Marx, a produção e valorização de capital. De um lado uma atividade prático-natural; de outro, uma atividade econômica.

Em seu livro *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*, Sérgio Lessa considera que o conceito de “classe-que-vive-do-trabalho” formulado por Ricardo Antunes colocaria este autor entre aqueles que deram “adeus ao proletariado”, ainda que o autor de *Os sentidos do trabalho* reivindique para si a condição de marxista. Lessa considera que Antunes “tem sido importante nas teses contrárias ao fim do emprego, do trabalho e das classes sociais”, reafirmando a “centralidade do trabalho contra a vaga neoliberal e o irracionalismo pós-moderno”; desse modo, os textos de Antunes valeriam pelo combate que travam contra as teses “conservadoras” e “contrarrevolucionárias”, mas “uma de suas teses centrais, a de que a classe trabalhadora teria se convertido no que denomina de (sic) classe-que-vive-do-trabalho, jamais deixou de ser polêmica” (LESSA, 2011, p.80-81).

Segundo Antunes, as mutações do “mundo do trabalho” teriam tornado a distinção entre proletários e assalariados de Marx por demais “rígida” para expressar adequadamente o que seria a classe trabalhadora hoje. Explicitamente, “como há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo”, para “reconhecer que o mundo do *trabalho* vem sofrendo mutações importantes” seria imprescindível um conceito como o da classe-que-vive-do-trabalho (LESSA, 2011, p.81).

Lessa argumenta que, para Antunes, o conceito de *trabalho* empregado por Marx necessitaria de uma ampliação, já que, segundo o autor:

A principal mutação no interior do processo de produção de capital na fábrica toyotizada e flexível [...] se encontra [...] *na interação crescente entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, elementos fundamentais no mundo produtivo (industrial e de serviços) contemporâneo*. [...] pelo desenvolvimento de *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana. Dá-se então um processo de *objetivação das atividades cerebrais na maquinaria*, de transferência do saber *intelectual e cognitivo* da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. (ANTUNES, 1999, p.124).

Essas afirmações constituem o alvo da crítica de Lessa a Antunes, pois para o primeiro seria “um exagero” admitir que um computador ou uma máquina sejam capazes de absorver qualquer saber intelectual ou cognitivo. “Não menos descabido é postular que ‘na maquinaria’ ‘informacional’ possa ocorrer qualquer ‘objetivação’ – o que implicaria ser a máquina capaz de teleologia¹” (LESSA, 2011, p.81-82).

É com base nessas considerações criticadas por Lessa que Antunes se apoiaria para sustentar a tese segundo a qual a tendência à redução dos *níveis de trabalho improdutivo dentro das fábricas* (a eliminação de funções como supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias etc.) significa transferir e incorporar ao trabalho *produtivo* atividades anteriormente realizadas por trabalhadores *improdutivos*. “Antunes, nestas passagens, incorporou muito das teses que [...] velam ou cancelam as distinções entre o trabalho manual e o intelectual, entre o trabalho produtivo e o improdutivo” (LESSA, 2011, p.82). Desse modo, seria correto admitir, segundo Lessa, que os capitalistas procurariam transferir para o proletariado, além das tarefas de produção, as tarefas de “supervisão, vigilância, inspeção gerências intermediárias etc.”,

¹ Aqui se alude a um conceito utilizado por Lukács, cujas implicações teóricas no debate sobre o trabalho ultrapassam os objetivos que nos propomos para esta pesquisa.

já que isso lhes possibilitaria o corte de custos e a ampliação da extração de mais-valia. Mas isso não significaria, no entanto, que haja uma “incorporação” do trabalho improdutivo ao produtivo. É então que Lessa faz uma constatação central para que se compreenda o fundamento de sua crítica: “O fato de um operário ser obrigado a cumprir tarefas produtivas e improdutivas não as faz idênticas, nem muito menos significa que uma incorpore a outra”, mas apenas que “está sendo mais intensamente explorado” (LESSA, 2011, p.82).

Como vimos, para Lessa e Tonet, o fator decisivo na definição de proletariado é a *atividade prática* realizada pelo trabalhador. “O trabalho é sempre manual”, dizem os autores. Um trabalhador assalariado que realiza funções não manuais (vigilância, supervisão etc.), portanto, não seria um “proletário”. Tarefas “manuais” e “não manuais” teriam, segundo os autores, uma diferença qualitativa: seriam de natureza distinta. E essa diferença de natureza é o que nos autorizaria a classificar e separar *proletários* e *não proletários*. É com base nessa distinção acerca da *função* desempenhada pelo trabalhador que Lessa critica a concepção de Antunes. E quando se depara com o quadro esboçado por este último, segundo o qual as funções *não manuais* passam a ser desempenhadas (incorporadas) pelos trabalhadores que antes realizavam apenas as tarefas manuais, Lessa rejeita o termo “incorporação”, já que, para ele, as *qualidades* distintas das funções realizadas não permitiriam qualquer confusão. O proletário que realiza o trabalho manual continuaria a ser proletário, como antes, mas com a diferença de que agora, ao incorporar tarefas não manuais, passa a ser mais intensamente explorado. Lessa é obrigado a erguer esse muro entre as funções desempenhadas pelos trabalhadores para que a sua argumentação se sustente.

Como vimos, para Marx basta que o trabalhador assalariado produza e valorize capital para que se o considere “proletário”. Isto, a despeito da *função prática* realizada, já que o que está em questão é a *relação econômica* estabelecida entre aquele que compra e aquele que vende a sua força-de-trabalho. Um trabalhador que realiza a tarefa de vigilância do bom funcionamento de uma máquina, e que permanece de prontidão para ajustá-la assim que apresente qualquer problema é um trabalhador “manual” ou “não manual”? Durante boa parte de seu tempo esse trabalhador não “transforma a natureza”. Mas durante todo o tempo em que passa dentro da fábrica (operando a máquina ou não) está valorizando capital. Se se leva às últimas consequências a definição de Lessa e Tonet acerca da primazia da *atividade prática* em detrimento da *relação social* tem-se uma situação que pode ser exposta de maneira anedótica:

imaginemos que o eventual operário tenha passado todo um mês (setembro, suponhamos) realizando apenas a tarefa de supervisão da máquina, já que esta não apresentou qualquer irregularidade em seu funcionamento. Já no mês seguinte, outubro, por um motivo qualquer (desgaste de componentes do equipamento sem a devida reposição da fábrica, por exemplo) esse nosso operário será obrigado a interromper a sua paz vigilante de não proletário para cair nas fileiras do proletariado prático a cada duas horas ao sujar as suas mãos de graxa nas operações de ajustamento da máquina. Em setembro ele foi um feliz e pacífico supervisor; em outubro, porém, tornou-se um proletário, sujeito revolucionário².

Lessa argumenta: “O que distingue o trabalho produtivo do improdutivo é a função social de produzir (ou não) mais-valia e não o indivíduo que os executa” (LESSA, 2011, p.82). Essa afirmação, no entanto, não corrobora a sua tese fundamentada na atividade prática realizada pelo trabalhador assalariado como critério de distinção entre proletários e não proletários. Antes a contradiz. Pode-se produzir mais-valia sem que se realize qualquer atividade manual. O contrário é igualmente verdadeiro: um operário empregado do Estado, prestando serviços “manuais”, realiza um trabalho improdutivo se aquela atividade não for voltada à reprodução ou valorização do capital.

Lessa prossegue:

No início do capitalismo e, hoje, nas pequenas empresas ou negócios nascentes, era e é comum o próprio burguês executar as funções de vigilância, superintendência, supervisão, inspeção etc. que, com o crescimento do capital (em se tratando dos pequenos ou nascentes “empreendimentos”) ou com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, são transferidas aos trabalhadores improdutivos. Esse fato não torna o burguês, naquelas circunstâncias iniciais dos empreendimentos ou do capitalismo, um trabalhador produtivo, mas apenas um burguês cujo desenvolvimento ainda não foi capaz de libertá-lo destas funções. Igualmente, quando o burguês pode obrigar o proletariado a vigiar a si próprio, não significa que a vigilância esteja se identificando à produção e se tornando uma atividade produtiva, significa apenas que o burguês, nas novas condições, pode conseguir o mesmo resultado pagando um salário, em vez de dois (LESSA, 2011, p.82-83).

Aqui se incorre, acreditamos, em duas imprecisões. Em primeiro lugar, Lessa confunde o trabalho de “vigilância”, “superintendência” etc. com os demais trabalhos

² Não obstante o tom anedótico de nosso exemplo, ele é corroborado pelas entrevistas dos operários, como se verá adiante.

“não manuais” desempenhados pelos trabalhadores. A ênfase dada à natureza *prática* (manual) ou *não prática* (não manual) do trabalho desempenhado permite ao autor assimilar trabalhos que, pela sua natureza econômica, são distintos. Um trabalhador assalariado que participa do processo de valorização do capital exercendo uma função não manual (inspeção de máquinas, por exemplo), segundo o critério de Marx, poderia ser definido como parte do que ele chama “proletariado”. Para Lessa, não. Isso lhe permite raciocinar da seguinte maneira: se um trabalhador assalariado exerce na fábrica uma função de supervisão, inspeção etc., isso o aproxima mais do gerente do que de um trabalhador cuja função é operar as máquinas. O que os aproxima é a natureza da função exercida, e não a relação econômica estabelecida entre o vendedor da força-de-trabalho e o empregador.

Em segundo lugar, a vigilância pode, sim, tornar-se “trabalho produtivo” desde que seja executada por um trabalhador assalariado que vende sua força-de-trabalho para valorizar capital.

No capítulo 11 de *O Capital*, sobre a Cooperação, Marx argumenta que: “Ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica”. Para Marx “a concentração de grandes quantidades de meios de produção nas mãos de capitalistas individuais é, pois, condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados” (MARX, 2013, p.405). Aqui nos parece ser fundamental a compreensão do que o autor chama *trabalho social e combinado*.

Num primeiro momento, certa grandeza mínima de capital individual pareceu ser necessária para que o número de trabalhadores simultaneamente explorados – e, conseqüentemente, a massa do mais-valor produzido – fosse suficiente para libertar o próprio empregador do trabalho manual, para convertê-lo de um pequeno patrão num capitalista e, assim, estabelecer formalmente a relação capitalista. Agora, essa grandeza mínima aparece como condição material para a transformação de muitos processos de trabalhos individuais, dispersos e mutuamente independentes, num processo de trabalho social e combinado (MARX, 2013, p.406).

Note-se, primeiramente, que Marx refere-se ao “trabalho manual” de que o empregador se livrou ao transformar-se, de pequeno patrão, em capitalista. Designa-se

aqui, portanto, como “manuais” as tarefas realizadas pelo proprietário³. Ora, se o pequeno patrão se liberta do “trabalho manual” para empregar, em seu lugar, o que Marx chama de “uma espécie particular de assalariados” (MARX, 2013, p.407) não estarão esses assalariados realizando, portanto, trabalho manual, prático? E assim, segundo a definição dos nossos autores, não integrariam também o “proletariado”? Como se haveriam Lessa e Tonet com essa dificuldade?

Marx não confunde as funções de dirigentes, gerentes, capatazes, contramestres etc. que exercem o comando durante o processo de trabalho com os operários. Da mesma maneira que em um exército não se confundem oficiais e suboficiais com os soldados. Mas tampouco se utiliza do critério prático (trabalho manual) para distinguir uns dos outros. O trabalho que Lessa caracteriza como improdutivo só o é na medida em que não realiza mais-valia, e não pela sua qualidade de “não manual”.

Para ilustrar a nossa argumentação, suponhamos a seguinte situação: uma escola do Estado, ao cuidar do processo de limpeza e manutenção de suas instalações (prédio, barracões etc.), despede os seus funcionários diretamente contratados para esse fim e passa a empregar funcionários terceirizados. A atividade é a mesma, seja prática ou não: não faz diferença, do ponto de vista econômico, se esses funcionários “transformaram a natureza”, se limparam o piso manualmente ou se utilizaram máquinas para isso. A diferença fundamental reside na relação econômica que se estabeleceu entre assalariados e empregadores. No primeiro caso, sendo empregados do Estado, os funcionários não valorizavam capital. No segundo caso, ao venderem sua força-de-trabalho a uma empresa que os emprega para realizar o serviço de limpeza e manutenção, esses funcionários passam a valorizar capital. Para a mesma atividade prática (limpeza e manutenção), dois significados econômicos de naturezas distintas: trabalho *improdutivo*, quando não realiza mais-valia; e *produtivo* quando a realiza.

Um gerente, pelo fato exclusivo de que não “transforma a natureza”, não pode ser comparado a um operário assalariado que vende sua força-de-trabalho, mas que não realiza uma “atividade manual”, como se fossem equivalentes.

Depois, argumentávamos, é necessário que se tenha em vista o conceito de *trabalho social e combinado* de Marx quando argumenta que todo trabalho “imediatamente social ou coletivo em grande escala requer, em maior ou menor medida,

³ Pode-se cotejar a tradução de Rubens Enderle (Boitempo, 2013) com a de Flávio R. Kothe (Nova Cultural, 1988, p.249) para que se certifique que a expressão precisa empregada por Marx é mesmo “trabalho manual”.

uma direção que estabeleça a harmonia entre as atividades individuais”; e acrescenta, “essa função de direção, supervisão e mediação se torna *função do capital* assim que o trabalho a ele submetido se torna cooperativo” (MARX, 2013, p.406. *grifos nossos*). A ênfase no fato de que as funções de direção e controle são funções do capital é importante para que se compreenda a natureza impessoal e objetiva do processo produtivo em questão.

Assim como o capitalista é inicialmente libertado do *trabalho manual* tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima com a qual tem início a produção verdadeiramente capitalista, agora ele transfere a função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. [...] O trabalho de supervisão torna-se sua função fixa e exclusiva. O comando supremo na indústria torna-se *atributo do capital* do mesmo modo como, no feudalismo, o comando supremo na guerra e no tribunal era atributo da propriedade fundiária (MARX, 2013, p.407-408).

Assim, entende-se quando se diz que também “a burguesia é funcionária do capital”.

Ao utilizar expressões como “organismo laborativo”, “trabalhador coletivo” etc. (MARX, 2013, p.419), Marx concebe um corpo de trabalhadores que coopera sob os auspícios do capital e não faz distinção, nesse “organismo laborativo” entre aqueles que executam atividades manuais e não-manuais. A partir do momento em que esse “trabalhador social” constituído em grupo passa a ser a força produtiva do capital, os trabalhadores individuais já não estão mais em questão quando se considera o aspecto puramente econômico da função que se desempenha e não a função individual em si. Como partes de um “organismo que trabalha”, o indivíduo que coopera fazendo a manutenção de uma máquina, um segundo que apenas supervisiona o seu bom funcionamento e outro que a opera equivalem-se.

Tenha-se em conta, ainda, que a exposição realizada por Marx e que resumimos até aqui, tem em vista a cooperação simples, sem se considerar o uso da maquinaria. Quando se trata desse período posterior da cooperação, Marx ressalta: “Esse produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez... máquinas” (MARX, 2013, p.443). E contra a importância decisiva dada às atividades prático-manuais por Lessa e Tonet, tão afeitos aos “escritos acabados” de Marx, considere-se os seguintes argumentos apresentados no “canônico” *O Capital*:

A máquina-ferramenta é, assim, um mecanismo que, após receber a transmissão do movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que antes o trabalhador executava com ferramentas semelhantes. Se a força motriz provém do homem ou de uma máquina, portanto, é algo que não altera em nada a essência da coisa. [...] Em muitas ferramentas manuais, a diferença entre o homem como mera força motriz e como trabalhador ou operador propriamente dito manifesta uma existência corpórea à parte (MARX, 2013, p.447-448).

E cita o exemplo da roda de fiar, em que o pé atua como força motriz enquanto que a mão executa a operação de fiar propriamente dita. Quando o homem, ao invés de operar com a ferramenta (e “transformar a natureza”) sobre um objeto de trabalho qualquer, passa a exercer apenas a função de força motriz sobre uma máquina-ferramenta, “o fato de a força de trabalho se revestir de músculos humanos torna-se accidental, e o vento, a água, o vapor etc. podem assumir seu lugar” (MARX, 2013, 449). Pode-se notar que a condição de “proletário” está muito pouco relacionada ao caráter puramente “manual” do trabalho pelas considerações que Marx faz a respeito das diferenças entre o trabalho na manufatura e na grande indústria. Nesta última há a substituição da força humana por forças naturais e “da rotina baseada na experiência pela aplicação consciente da ciência natural” (MARX, 2013, 459).

Nos seus manuscritos, publicados postumamente sob o título de *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*, Marx concebe um cenário em que o desenvolvimento tecnológico somado à aplicação da ciência tornaria obsoletas as relações de produção baseadas no trabalho assalariado, bem como o emprego da força-de-trabalho e a sua exploração. Vimos acima como Lessa critica as concepções de Antunes a respeito da “assimilação” pelas máquinas de algumas capacidades humanas, já que para o primeiro seria “um exagero” admitir que um computador ou uma máquina seja capaz de absorver qualquer saber intelectual ou cognitivo e não menos despropositado seria postular que “na maquinaria informacional” possa ocorrer qualquer “objetivação”, e que admitir tal situação implicaria considerar ser a máquina capaz de teleologia.

Marx, no entanto, parece adotar, neste sentido específico, uma postura menos dicotômica acerca dessa relação homem/máquina. “A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana”, acrescentando uma observação fundamental para a compreensão deste problema: “Elas [as máquinas] são *órgãos do cérebro humano*”

criados pela mão humana; força do saber objetivada” (MARX, 2011, p.589). Aqui a máquina aparece, no processo produtivo, muito mais como uma extensão das capacidades e do saber humano. Desse modo, as máquinas não seriam “capazes de teleologia”, para empregar a expressão de Lessa. Ou seja, não teriam, evidentemente, por si próprias, o trabalho como finalidade, como realização de um desejo pré-concebido. Mas serviriam como extensão, como prolongamento físico e intelectual dos homens que, por sua vez, teriam essa “capacidade de teleologia”.

[...] a apropriação do trabalho vivo pelo capital também adquire na maquinaria uma realidade imediata: por um lado, é a análise originada diretamente da ciência e a aplicação de leis mecânicas e químicas que possibilitam à máquina executar o mesmo trabalho anteriormente executado pelo trabalhador. [...] um modo de trabalho determinado aparece aqui diretamente transposto do trabalhador para o capital na forma de máquina, e por meio dessa transposição sua própria capacidade de trabalho é desvalorizada. Daí a luta dos trabalhadores contra a maquinaria. O que era atividade do trabalhador vivo devém atividade da máquina. Assim, a apropriação do trabalho pelo capital, o capital absorvendo em si o trabalho vivo, se apresenta ante o trabalhador de maneira cruamente perceptível... (MARX, 2011, p.587).

Marx explica essa assimilação (ou apropriação) pela máquina da atividade anteriormente desempenhada pelo trabalhador em termos também econômicos: trata-se da *apropriação do trabalho vivo pelo capital*. E – o que é decisivo para a nossa argumentação até aqui – explica: “A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, *i.e.*, o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção baseada no valor” (MARX, 2011, p.587). Isso porque nessa relação “a massa do tempo de trabalho imediato” (o *quantum* de trabalho empregado) continua a ser o fator decisivo da produção de riqueza. Mas isso muda à medida que a grande indústria se desenvolve. Nesse contexto, em que as forças produtivas estão mais desenvolvidas, “a criação de riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho” (MARX, 2011, p.587). Esse “poder dos agentes postos em movimento” no contexto de maior desenvolvimento das forças produtivas já não teria “nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção”, mas dependeria, ao contrário, “do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção” (MARX, 2011, 588).

Essas considerações de Marx são decisivas para a compreensão de um aspecto fundamental do debate que relaciona o proletariado a uma eventual transformação revolucionária do modo de produção. O que faz do proletariado uma força material decisiva no processo produtivo e, por conseguinte, nas lutas políticas e sociais que são condicionadas direta ou indiretamente por esse mesmo processo produtivo, é o fato de que é essa classe, enquanto *força produtiva*, a que sente resumidas em si as contradições do capitalismo: a começar pelo fato de que é ela que vende a única mercadoria de que dispõe (a força-de-trabalho) para valorizar capital e, por isso, por um valor menor que aquele por ela produzido enquanto sua força-de-trabalho foi empregada. É o “roubo de tempo de trabalho alheio” de que nos fala Marx. A contradição frontal, direta, portanto, entre capital e trabalho se dá com base no emprego da força-de-trabalho no processo de criação de valor. Mas quando se vislumbra um cenário de desenvolvimento tal das forças produtivas que a própria força-de-trabalho se torna uma mercadoria obsoleta, o que teríamos? Quais as consequências políticas, para o proletariado, desse cenário em que a ciência e a tecnologia passam a suplantam o “trabalho vivo”?

A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona (MARX, 2011, 588).

Aqui se manifesta uma das contradições mais decisivas entre as forças produtivas e as relações sociais de produção quando se vislumbra um alto grau de desenvolvimento das primeiras. Marx observa, em seu famoso prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* que “em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes”, assim, “de formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social” (MARX, 2015, p.24). No caso aqui abordado a contradição é manifesta: com a crescente aplicação da tecnologia e da ciência ao processo produtivo (ou seja, com o desenvolvimento das forças produtivas), as relações de produção (baseadas no trabalho assalariado) tornam-se cada vez mais um entrave ao desenvolvimento material.

Marx prossegue em sua argumentação, nos *Grundrisse*, explicando que o trabalho “não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser

humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador” (MARX, 2011, p.588). Nesse contexto

Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal (MARX, 2011, p.588).

Ao admitir que, no contexto de grande desenvolvimento das forças produtivas, o *trabalhador se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal*, notando as implicações decorrentes do processo de crescente contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, Marx observa, em sua análise, o oposto daquilo que sustentam Lessa e Tonet: no período de grande desenvolvimento material e, portanto, da mais aguda contradição entre as forças produtivas e as relações de produção o trabalhador imediato *não é o agente principal do processo de produção*, e por, isso, a contradição (e o anacronismo) com a manutenção das relações de produção baseadas no trabalho assalariado.

Marx prossegue:

Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a *apropriação de sua própria força produtiva geral*, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como *corpo social* – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social (MARX, 2011, 588. *grifos nossos*).

Compare-se essa passagem à afirmação de Lessa e Tonet de que:

Todavia, no interior do trabalho produtivo de mais-valia, há uma diferenciação da maior importância para a reprodução da sociedade. As mercadorias podem ser produzidas ao se converter a natureza em meios de produção ou de subsistência, como ocorre nas fábricas e na agricultura. Mas mercadorias também podem ser produzidas no setor de serviços que não envolvem, necessariamente, a transformação da matéria natural. Esta é uma diferença fundamental, pois como já vimos, o “conteúdo material da riqueza” burguesa, o capital, apenas pode ser produzido no intercâmbio material com a natureza, pelo trabalho manual do proletário da indústria e da agricultura. Há, portanto, uma diferença fundamental entre a produção de mais-valia pelo trabalho assalariado que transforma a natureza e a produção de

mais-valia pelo trabalho assalariado que não transforma a natureza. É isto que distingue o trabalho proletário do trabalho assalariado de todos os outros trabalhadores produtivos. [...] O trabalho proletário é a forma peculiar do intercâmbio material com a natureza no *capitalismo desenvolvido*. (LESSA & TONET, 2012, p.33-34. *grifos nossos*).

Aqui se percebe com a maior clareza o destaque dado por Lessa e Tonet ao aspecto puramente prático do trabalho realizado: o proletário, ao contrário do que sustenta Marx, não seria aquele que vende sua força-de-trabalho para produzir e valorizar capital, mas aquele assalariado que “transforma a natureza”.

Tal concepção é oposta àquela sustentada pelo *autor dos Grundrisse*. Para Marx, “o roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria” (MARX, 2011, p.588). Assim, o trabalho imediato (concebido por Lessa e Tonet como aquilo que caracteriza o proletário) deixa de ser a grande fonte de riqueza; em decorrência disso, o tempo de trabalho deixa de ser sua medida e, naturalmente, o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso: “Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma de precariedade e contradição”, já que essa contradição é inerente ao próprio capital, pois enquanto procura reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, ao mesmo tempo põe o “tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2011, p.588).

Como conciliar essa constatação, que predica um papel “marginal” ao trabalhador no processo produtivo, com a de Lessa e Tonet que veem como proletários apenas aqueles que “transformam a natureza”, ou seja, aqueles que participam imediatamente do processo produtivo?

As diferentes maneiras de conceber o papel imediato do proletariado no “capitalismo desenvolvido” expostas por Marx e retomadas por Lessa & Tonet acarreta também consequências teóricas para a concepção de transformação revolucionária, ou, dito de outro modo, de superação das relações de capital. Enquanto que para Lessa e Tonet apenas os trabalhadores manuais mereceriam integrar as fileiras da classe escolhida, o proletariado sujeito-revolucionário, para Marx as transformações nas forças produtivas também contariam decisivamente nesse processo de superação do capitalismo. O capital traz à vida “todas as forças da ciência e da natureza”, da combinação e intercâmbio social, “para tornar a criação de riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado” (MARX, 2011, p.589).

Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares (MARX, 2011, 589).

Desse modo, o processo de desenvolvimento das forças produtivas e sua crescente contradição com as relações de trabalho assalariado desempenha um papel determinante no “colapso” do capital. Note-se que o “sujeito revolucionário” não é identificado mecanicamente (ou automaticamente) por Marx com aquele que “transforma a natureza”. Fala-se, antes em “trabalhador coletivo”. E tampouco a consciência do trabalhador “manual” está condicionada diretamente pela *função prática* que ele exerce no processo produtivo.

As formas de consciência, tal como sustentamos neste trabalho, são condicionadas socialmente e tem o seu fundamento epistemológico na existência concreta das diversas classes sociais que constituem a nossa sociedade (MARX & ENGELS, 2007). Mas não existe, *necessariamente*, uma correspondência direta, automática, entre os indivíduos integrantes dessas classes e o conteúdo do que se poderia chamar a sua “consciência de classe”. Isso, sobretudo, em períodos em que as lutas de classes não se encontram em fases agudas. É com base nesse pressuposto que Marx pode afirmar, por exemplo, ao contrário do que fazem hoje Lessa e Tonet, que o trabalhador que ocupa uma posição marginal no processo produtivo (não manual, portanto) estaria vivendo no limiar de uma transformação revolucionária – quando o capital “voaria pelos ares”. Em Marx o papel da classe trabalhadora (também ela uma força produtiva) é considerado em relação com outros aspectos do desenvolvimento material, da técnica, da tecnologia, do conhecimento e da ciência.

Ricardo Antunes nos ajuda a compreender as transformações que, no nosso tempo, representam esse desenvolvimento material. Em seu livro *Adeus ao trabalho?* o autor aborda, além das questões relacionadas às “metamorfoses do mundo do trabalho”, como se dá essa centralidade da “classe-que-vive-do-trabalho” nas grandes questões sociais contemporâneas.

Não foram poucas as transformações vivenciadas nesta última década, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com fortes repercussões [...] no conjunto de países do Terceiro Mundo. [...] a automação, a robótica e a microeletrônica possibilitaram uma revolução tecnológica de enorme intensidade. O taylorismo e o fordismo já não são únicos, convivendo, no processo produtivo do capital, com o “toyotismo”, o “modelo sueco”, entre outros. Tais mudanças têm consequências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária (ANTUNES, 2011, p.166-167).

Assim, além de definir conceitualmente a classe que representa a centralidade do mundo do trabalho, Antunes, mais que Lessa e Tonet, se preocupa com as transformações materiais que envolvem esse processo produtivo. O autor não se detém apenas nas discussões teóricas e na exegese de textos supostamente canônicos, mas empreende o estudo das condições de vida e trabalho dos operários contemporâneos.

Empregaremos, aqui, a concepção marxista de “proletariado”, ou seja, consideraremos como tal o conjunto daqueles trabalhadores assalariados que produz e valoriza capital. Elegemos, por fim, para o nosso estudo em particular, apenas os operários metalúrgicos de Araraquara e Região, e que, portanto, integram esse conjunto maior que concebemos como “proletariado”.

2 – O TRABALHO NA FÁBRICA

No presente capítulo faremos o aprofundamento da exposição teórica apresentada anteriormente. Em seguida faremos, através das entrevistas com os operários, o complemento (ou contraposição) aos comentários teóricos apresentados previamente.

A primeira entrevista apresentada neste Capítulo II foi realizada com um operador de máquina extratora de suco de laranja e, eventualmente, de outras frutas cítricas. A empresa para a qual trabalha (“Nossa Empresa”) presta serviço para a Cutrale, uma das maiores empresas industriais de suco do Brasil. O depoimento nos foi concedido fora do ambiente da fábrica.

As demais entrevistas aqui apresentadas foram feitas com o gerente e os operários de uma fábrica de sondas de exploração de petróleo. Trata-se de uma empresa que produz peças de alta precisão e muito valiosas. Nesse caso, as entrevistas foram concedidas no ambiente da própria fábrica, num escritório que nos foi reservado para tal fim.

2.1 – A teoria

Na famosa abertura de *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels observam que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” e, em seguida, fazem um esboço histórico de todas as contradições de classe precedentes: “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada” (MARX & ENGELS, 2005, p.40). Essa oposição entre classes sociais distintas, portanto, estaria presente não só no modo de produção capitalista – com a luta entre burgueses e proletários –, mas nos modos de produção que precederam o capitalismo. Quando se consideram as contradições próprias desse sistema, não obstante, a oposição entre detentores dos meios de produção

e trabalhadores assalariados é a que salta à vista. E, com efeito, trata-se de um aspecto decisivo nesse sistema repleto de contradições.

Essa maneira de abordar o problema, contudo, não esgota a questão. Há outros aspectos contraditórios – e insolúveis dentro dos marcos do capital – que foram objeto da análise de Marx e Engels e que merecem ser estudados detidamente. No presente capítulo daremos atenção especial ao problema do desenvolvimento sob as quais estas são operadas e desenvolvidas (RUBIN, 1987).

Em sua edição de 04 de Abril de 2014, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma notícia cujo título era: “Polo industrial criado por Obama gera poucos empregos”⁴. A matéria ilustra de modo exemplar o problema por nós mencionado: com o desenvolvimento das forças produtivas (com o uso, inclusive, de modernas impressoras 3D), uma mercadoria muito específica e decisiva para o capital acabou por tornar-se ainda mais obsoleta e dispensável: a força de trabalho; principalmente aquela menos “qualificada”.

Na cidade americana de Youngstown, em Ohio, um armazém de mobília que passou muito tempo abandonado foi convertido em um moderno laboratório. No local, com decoração ao estilo das empresas do vale do Silício (áreas abertas de reunião e banquetas multicoloridas), engenheiros digitam os códigos que instruem as impressoras 3D a criar objetos. O laboratório é o primeiro dos chamados “polos de inovação industrial” que o presidente Barack Obama lançou com a promessa de que poderiam revitalizar o setor industrial americano e *estimular a criação de empregos* em comunidades em decadência, caso de Youngstown. Mas, após mais de um ano em operação, o polo revela os desafios que Obama enfrenta para atingir seu objetivo de criar “um fluxo firme de bons empregos para o século 21”, como disse recentemente. Um dos maiores desafios é a natureza da inovação das fábricas em si, que *em muitos casos reduz, em vez de ampliar, a necessidade de trabalhadores pouco capacitados*. Isso significa que a iniciativa pode ajudar a criar empregos para pessoas com capacitação especializada, como engenheiros, mas faria muito menos pelas pessoas que estão lutando para encontrar emprego depois do fechamento das usinas siderúrgicas de Youngstown (FOLHA DE S. PAULO, *grifos nossos*).

Apesar dos esforços do governo Obama no sentido de promover a criação de empregos, o que se observou foi a ampliação do uso de recursos tecnológicos que, ao invés de aumentar, reduzem a necessidade de “trabalhadores pouco capacitados”.

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1435584-polo-industrial-criado-por-obama-gera-poucos-empregos.shtml>

As impressoras 3D são um exemplo disso. Depois de programadas e abastecidas de matéria-prima, *elas fazem sua mágica praticamente sem interferência humana*. Caso venham a ser empregadas em grande escala, pesquisadores afirmam que um dos principais motivos estaria no fato de que *elas usam menos mão de obra* do que a indústria tradicional. O polo de Youngstown está em seus estágios iniciais de operação, mas até agora não há sinais de que tenha gerado impacto mais amplo. Cerca de 29,6 mil pessoas detinham empregos industriais na área metropolitana de Youngstown em janeiro. O total é ligeiramente mais baixo do que o número de empregos industriais que existiam quando o governo selecionou Youngstown para o projeto, em agosto de 2012, e do número existente quando ele abriu as portas, em outubro do mesmo ano. O emprego total na região não cresceu em 2013, apesar do aumento das vagas nos EUA. Gene Sperling, ex-assessor da Casa Branca e criador da iniciativa industrial, disse que a Casa Branca tinha por objetivo o "efeito multiplicador" a ser gerado por novos projetos industriais, que ajudariam a criar também empregos em fornecedores. Pesquisas de Enrico Moretti, economista da Universidade da Califórnia em Berkeley, constataram que cada emprego industrial sustenta em geral 1,6 emprego adicional fora do setor manufatureiro. Um emprego no setor de tecnologia pode sustentar ainda mais empregos fora do setor, porque os altos salários dos *engenheiros e programadores* podem promover maiores gastos em restaurantes, lojas e outras empresas (FOLHA DE S. PAULO, *grifos nossos*).

O cenário descrito pela matéria acima reproduzida não é apenas o de um ramo industrial que, através do desenvolvimento tecnológico, dispensou um número maior de trabalhadores braçais em benefício de trabalhadores “mais qualificados”. É evidente que, com a dispensa de operários cuja tarefa seria realizar operações mais simples e a contratação de “engenheiros” e “programadores”, pode-se dizer que as máquinas dispensam cada vez mais trabalho humano. Mas deve-se atentar, igualmente, para o tipo de trabalho realizado por esse contingente agora diminuído de assalariados: a matéria da *Folha de S. Paulo* fala em “engenheiros” e “programadores”. Além disso, menciona-se o fato de que, no caso das impressoras 3D, as máquinas, depois de devidamente programadas e abastecidas de matéria-prima, “fazem sua mágica praticamente sem interferência humana”.

Temos aqui, portanto, o seguinte quadro: um governo que age no intuito de provocar a expansão da contratação de assalariados (ou seja, do consumo da mercadoria força-de-trabalho) e um ramo industrial que, pelo alto estágio de desenvolvimento que atingiu, dispensa progressivamente essa mercadoria, tornada cada vez mais obsoleta. Agora as máquinas, fazem a sua “mágica” sem que seja preciso o emprego do trabalho humano direto. O trabalhador coloca-se à margem do processo produtivo.

Esse é um exemplo clássico – e atualíssimo – da contradição crescente entre o desenvolvimento das forças produtivas (máquinas “mágicas”, como as impressoras 3D) e as relações sociais capitalistas (baseadas no trabalho assalariado). Trata-se, portanto, mais do que apenas a substituição do capital variável pelo capital fixo, tendência histórica do desenvolvimento capitalista. O momento em questão, em que as máquinas deixam de utilizar diretamente o trabalho humano, é *qualitativamente* distinto. Já não se trata de trabalho humano em menor proporção, mas de trabalho humano cada vez mais dispensável.

Em matéria publicada na edição de 10 de maio de 2016 da mesma *Folha de S. Paulo*, reproduzida do *Financial Times*, sob o título “Robô deixa isolamento e vira parceiro de operário”, informa-se que “máquinas colaborativas devem ganhar mais espaço nas companhias de menor porte”. Essa informação é crucial, pois esses robôs, cujo preço médio é de cerca de US\$ 24 mil por unidade, “tem o potencial de *revolucionar a produção*, especialmente para as *companhias de menor porte* que respondem por *70% da produção industrial do planeta*” (*Folha de S. Paulo*, grifos nossos). As vantagens econômicas do emprego desses robôs para os empresários são explicadas em seguida:

A maioria delas [companhias de menor porte] vêm enfrentando dificuldades para se automatizar dado o alto custo associado à robótica tradicional. Mas com um salário industrial médio de US\$ 11,80 por hora nos Estados Unidos e de 7,40 libras por hora no Reino Unido, de acordo com o site de comparações salariais PayScale, pode ser questão de meses para que os preços mais baixos comecem a se fazer sentir (FOLHA DE S. PAULO).

Assim, essas máquinas “colaborativas”, conhecidas como “cobôs”, que representam menos de 5% dos 240 mil robôs industriais vendidos em 2015, podem conhecer uma aplicação generalizada no processo produtivo num futuro muito próximo. “Não há como escapar ao medo de que a chegada dos robôs à fábrica possa tornar redundante grande parte da força de trabalho humana”, diz a matéria reproduzida pela *Folha*, acrescentando que “os economistas Carl Fey e Michael Osbourne, da Universidade de Oxford, estimaram que *metade dos empregos dos EUA* pode estar em risco por causa da automação” (*grifos nossos*). As empresas, no entanto, negam que os cobôs viriam a substituir os operários, limitando-se os primeiros a operar como “auxiliares”.

Os robôs industriais mais tradicionais requerem, para seu funcionamento, “programadores altamente treinados para determinar suas tarefas e, depois de instalados, raramente são movidos”. No caso mais recente dos cobôs, no entanto, é mais simples operá-los, já que para programá-los “basta um tablet ou mover seus braços na sequência correta; não é necessário saber código” (*Folha de S. Paulo*). Nota-se, no entanto, que mesmo o treinamento necessário para a operação das máquinas automatizadas tende a diminuir num quadro de aplicação generalizada dos cobôs. E é esse, como vimos, o cenário vislumbrado para um futuro próximo.

No capítulo precedente, não obstante, analisamos os argumentos de Lessa (2013) e Tonet (2012), que preconizam o “trabalho direto” do operário para que este seja considerado “proletário”. É preciso, segundo esses autores, que o trabalhador modifique a natureza para que integre as fileiras do proletariado e, como classe social, se constitua como “sujeito histórico-revolucionário”. Com o desenvolvimento das novas tecnologias (como no caso extremo das máquinas 3D, por exemplo, e dos cobôs), esse trabalhador que “modifica a natureza” tornou-se peça de museu. Como veremos adiante, quando realizarmos a descrição das condições de trabalho nas fábricas de Araraquara, o trabalhador que “modifica a natureza” já não existe no processo produtivo moderno, ou existe apenas como “resíduo”, para a realização de funções bem escassas e específicas, que exigem determinados cuidados ou habilidades.

Embora estejamos abordando como exemplo o caso de um polo industrial norte-americano, as condições de automatização e de realização do trabalho “praticamente sem interferência humana” se equiparam ao cenário encontrado por nós na cidade que serviu de base empírica para a nossa pesquisa. Em Araraquara, como em Youngstown, o trabalho humano direto, o trabalhador que “manualmente” modifica a natureza, é parte de um passado superado. E as consequências dessas transformações para o futuro das relações de produção capitalistas podem ser decisivas.

Como vimos no capítulo anterior, no manuscrito publicado postumamente sob o título de *Grundrisse*, Karl Marx não apenas esboçou o quadro que, hoje, tornou-se uma realidade concreta; o autor também explicou quais as consequências, para o capital, de tais progressos nas forças produtivas. “O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador” (MARX, 2011, p.588). Assim, o trabalhador perde a sua condição de agente imediato num processo de transformação da natureza. E o

trabalho, por sua vez, perde cada vez mais a sua característica “manual” – se se toma esse termo ao pé da letra.

Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca *ao lado* do processo de produção, *em lugar de ser o seu agente principal* (MARX, 2011, p.588. *grifos nossos*).

Aqui fica clara, portanto, a distinção feita por Marx entre um processo e outro: de um lado, o trabalhador que se constituía como o agente principal do processo produtivo, o trabalhador que interpunha “um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo”; do outro, o trabalhador que se coloca ao lado do processo de produção e que já não é mais o agente principal desse processo; o “processo natural” é convertido num “processo industrial”.

As consequências dessas transformações são significativas. Antes, o fundamento da criação de riqueza era o trabalho imediato que o próprio ser humano executava ou o tempo de trabalho. Agora, diz Marx:

[...] o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social (MARX, 2011, p.588).

Se para Lessa e Tonet são aqueles trabalhadores que modificam manualmente a natureza os que constituem o sujeito-histórico revolucionário, para Marx o cenário que se desenha num contexto de elevado desenvolvimento das forças produtivas é o oposto; o “indivíduo social” de que Marx nos fala apenas existe por conta da transformação que supera o trabalhador como trabalhador “manual”.

Ocorre, desse modo – do ponto de vista econômico –, uma profunda transformação. Conforme citamos anteriormente: “O *roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria” (MARX, 2011, p.588. *grifos do autor*). Leve-se em conta que Marx escreveu essa passagem no final dos anos 1850. A “riqueza atual” que o autor

menciona, portanto, refere-se a esse período. E nesse tempo um processo altamente automatizado como o vislumbrado por Marx nos *Grundrisse* não passava de projeção ou perspectiva para um futuro distante. Mesmo assim, as consequências econômicas dessa transformação apenas anunciadas são expostas com uma clareza contundente na passagem que prognostica que tão logo “o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso” (MARX, 2011, P.588). E o quadro completo da desestruturação⁵ das relações capitalistas de produção, num quadro de alto desenvolvimento das forças produtivas e ampla automatização, é anunciado na seguinte passagem:

O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não *trabalho dos poucos* deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção imediato é despido da forma da precariedade e contradição (MARX, 2011, p.588).

Essas passagens dos *Grundrisse* que também ressaltamos no capítulo anterior com a finalidade de estabelecer o contraponto teórico em relação a Lessa e Tonet foi o que orientou, de modo geral, as nossas entrevistas com os operários metalúrgicos de Araraquara para a redação do presente capítulo, em que tratamos das condições de trabalho dentro da fábrica.

Se a intenção de nosso Panorama Teórico foi o de utilizar os manuscritos de Marx – os *Grundrisse* – como norte teórico no debate com Lessa (2013) e Tonet (2012), neste segundo capítulo pretendemos pôr à prova as projeções de Marx através de uma pesquisa empírica, que incluiu visitas à fábrica e as mencionadas entrevistas, realizadas em sua maioria dentro da própria fábrica, em interrupções no trabalho dos operários que duraram cerca de 10 a 20 minutos cada. Além disso, conversamos com o gerente e o com proprietário de uma das empresas que, sendo a menor dentre as que pesquisamos em nosso trabalho – e tendo cerca de duas dezenas de funcionários operários –, chamaremos FASEP.

⁵ Um quadro do processo de reestruturação da produção capitalista no final do século XX poderá ser encontrado em *O novo (e precário) mundo do trabalho*, de Giovanni Alves (ALVES, 2000).

No entanto, antes de nos remetermos aos depoimentos dos operários, do gerente e do proprietário da fábrica, é preciso também mencionar o trabalho de Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*.

Nesta obra, Rosdolsky realiza uma análise minuciosa dos *Grundrisse*, de Marx. No capítulo 26 de *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, o autor centra a sua análise num aspecto dos manuscritos que, para a nossa pesquisa, é particularmente importante: “O limite histórico da lei do valor – Observações de Marx sobre a ordem social socialista” (ROSDOLSKY, 2011, p. 345).

Segundo Rosdolsky, Marx planejava investigar, no último livro de sua obra, “os fatores que prenunciam ‘a superação do que existe’ e impulsionam ‘o surgimento de uma nova forma histórica’”; ou seja, deveria voltar as suas atenções à questão da transição ao socialismo, com a “dissolução do modo de produção e da forma de sociedade baseada no valor de troca” (ROSDOLSKY, 2011, p. 345). Note-se que, ao tratar da dissolução do modo de produção capitalista e a sua conseqüente superação, com a passagem ao socialismo, Marx menciona a superação da sociedade “baseada no valor de troca”. A ênfase, portanto, não está posta no status jurídico da propriedade – passagem da propriedade privada à propriedade “estatal” ou social – mas na superação da sociedade baseada no valor de troca⁶ (MARX, 2012; BETTELHEIM, 1976). Ao analisar as bases materiais que levariam à superação do capitalismo e, por conseguinte, à sociedade socialista, Marx e Engels “rechaçavam qualquer especulação sobre como seria um futuro socialista, pois isso implicaria inventar um sistema acabado” e, de fato, seria contraditório basear-se numa teoria materialista e dialética para fazer prognósticos sobre o futuro tendo como fundamentos “‘princípios eternos de justiça’ e ‘leis imutáveis da natureza humana’” (ROSDOLSKY, 2011, p. 345).

A concepção materialista da história lançou bases científicas amplamente superiores às doutrinas dos socialistas utópicos. A partir delas, tornou-se necessário enfocar de forma completamente diferente o advento da futura ordem socialista. O socialismo já não aparecia como um mero ideal, mas sim como uma fase necessária do desenvolvimento da humanidade, em direção à qual a história tende. Por isso, só se poderia falar de uma futura formação social, de tipo socialista, quando já se pudessem visualizar germes dessa nova formação na história vivida, bem como compreender suas tendências evolutivas. Porém, ao contrário do que discípulos oportunistas

⁶ Ver artigo “Trabalho Assalariado e Emancipação Humana”, PIVA, A. <http://seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/8136/5787>

afirmaram muitas vezes, Marx e Engels formularam ideias sobre a ordem econômica e social socialista (ROSDOLSKY, 2011, p. 345).

Assim, não se tratava de “imaginar” um suposto “mundo ideal”, mas de investigar, a partir do próprio modo de produção burguês, os seus limites históricos e as condições materiais para a sua superação. “*O Capital*, de Marx, surge do desejo de investigar a estrutura interna e as leis de movimento do modo de produção capitalista” e, ao mesmo tempo, de “oferecer provas da possibilidade e da necessidade da ‘grande mudança’ destinada a pôr fim à ‘autoalienação’ humana” (ROSDOLSKY, 2011, p. 345-346). Portanto, podemos encontrar em *O Capital* e em outros trabalhos de Marx e Engels observações e digressões que abordam os problemas da ordem social socialista.

Essas digressões, observa Rosdolsky, “eram necessárias por causa do método materialista dialético de Marx, que aspira a compreender todo fenômeno social no fluxo de seu devir, existência e fim” e, por isso, “o método assinala que houve ‘modos historicamente anteriores de produção’”, e “chama a atenção para ‘aspectos que, prefigurando o movimento nascente do futuro, insinuam a abolição da forma atual das relações de produção’”; e, assim, Marx assinala: “*as condições atuais da produção se apresentam como em via de abolir a si mesmas e, portanto, como em via de criar os pressupostos históricos para um novo ordenamento da sociedade*” (ROSDOLSKY, 2011, p. 346. *grifado no original*).

Não por acaso, Marx reconhecia o caráter historicamente progressista do capitalismo. Segundo Rosdolsky, o que o autor alemão reprovava na crítica romântica ao capitalismo “não eram apenas as suas ‘lágrimas sentimentais’ nem a circunstância de que, com intenções demagógicas, ‘agitam nas mãos o embornal do proletário como uma bandeira’, ocultando ao mesmo tempo, atrás das costas, os ‘antigos braços feudais’”, mas sobretudo “o fato de que os românticos eram incapazes de compreender ‘o devir da história moderna’, ou seja, a necessidade e o caráter historicamente progressista da ordem social burguesa [...], limitando-se a uma condenação de tipo moral” (ROSDOLSKY, 2011, p. 351). E continua, com o objetivo de ressaltar a importância (e a especificidade) histórica do modo burguês de produção, para além de condenações puramente “morais”: “O domínio do capital se baseia em extrair mais-trabalho, explorar e oprimir as massas populares. Neste aspecto, ele certamente supera ‘em energia, ímpeto e eficácia todos os sistemas de produção precedentes, baseados no trabalho diretamente compulsório’”, e ressalta a sua particularidade, “o capital foi quem

‘primeiro capturou o progresso histórico, colocando-o a serviço da riqueza’” (ROSDOLKY, 2011, p. 351-352):

A produção capitalista é a primeira que “se transforma em um modo de exploração que inicia uma época; no transcurso de seu desenvolvimento histórico, mediante a organização do processo de trabalho e o enorme aperfeiçoamento da técnica, revoluciona a estrutura econômica da sociedade, de modo a eclipsar as épocas anteriores” (ROSDOLKY, 2011, p. 352).

Esse caráter permanente do “aperfeiçoamento da técnica” e a concomitante “revolução da estrutura econômica da sociedade” é a questão central para que possamos compreender o caráter geral das transformações do trabalho na fábrica – e que aparecerá nos depoimentos tomados aos operários metalúrgicos de Araraquara.

Lembre-se, por exemplo, do caso da cidade de Youngstown, mencionado no início deste capítulo, e suas empresas cuja produção está baseada na utilização de impressoras 3D, ou mesmo o caso dos “cobôs”, os “robôs colaborativos”, quando se lê a seguinte passagem:

O que distingue radicalmente a produção capitalista em relação a todos os modos de produção anteriores é o seu caráter universal, seu impulso em direção a uma permanente revolução das forças produtivas materiais. As etapas pré-capitalistas de produção – por seus métodos de trabalho primitivos, não desenvolvidos – nunca conseguiram desenvolver o trabalho para muito além do necessário à manutenção imediata da vida. “O sentido histórico do capital” consiste precisamente em “criar o trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência”. O capital cumpre essa missão ao desenvolver de modo sem precedentes as forças produtivas sociais, de um lado, e as necessidades e capacidades de trabalho dos homens, de outro (ROSDOLKY, 2011, p. 352).

Marx ainda nota outra particularidade das relações capitalistas: ao referir-se à “missão histórica do capital”, argumenta que ela “se completa, de um lado, quando as necessidades estão tão desenvolvidas que o trabalho excedente (que produz acima e além das necessidades) passa a ser ele mesmo, uma necessidade geral” e, de outro lado, “quando a disciplina estrita do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, desenvolveu uma laboriosidade universal que foi apropriada pelas novas gerações”; e, por fim, também “quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, impulsionado continuamente pelo capital [...] alcançou tal ponto que a posse e a

conservação da riqueza geral exigem um tempo de trabalho menor para a sociedade inteira” (ROSDOLKY, 2011, p. 352).

É nesse contexto, argumenta Marx, em que a sociedade poderá se relacionar “cientificamente com o processo de sua produção, em meio a uma abundância crescente: *deixará de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que as coisas podem fazer em seu lugar [...]*” (ROSDOLKY, 2011, p. 352. *grifos nossos*). Essa última afirmação sintetiza de modo exemplar o que demonstramos no começo deste capítulo a respeito da crescente “autonomia” das máquinas em relação ao trabalho humano direto: máquinas que “fazem sua mágica praticamente sem interferência humana”.

Assim, “em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho a ultrapassar os limites de sua necessidade natural, criando os elementos materiais para o desenvolvimento pleno da própria atividade”, assim o ser humano torna-se “multilateral na produção e no consumo” (ROSDOLKY, 2011, p. 352). As necessidades, portanto, são criadas socialmente – e são ampliadas e enriquecidas à medida que avança o próprio processo produtivo.

Nesse contexto muda o próprio “significado” do trabalho, que já não é realizado para a satisfação das “necessidades naturais” diretas. Essas foram suplantadas por novas necessidades, produzidas historicamente. Assim, Marx argumenta de forma concisa: “*Por isso, o capital é produtivo; ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais*” e, tocando diretamente na questão que nos ocupa neste capítulo, anota “*só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento das forças produtivas encontra um limite próprio no capital*” (ROSDOLKY, 2011, p. 353. *grifado no original*).

As forças produtivas que encontram um limite no próprio capital é o ponto central para nossa pesquisa: ou seja, as forças produtivas que, sob as relações capitalistas de produção, deixam progressivamente de corresponder as atuais relações sociais, baseadas no trabalho assalariado.

Também no aspecto da relação entre forças produtivas e relações sociais de produção pode-se ressaltar a especificidade do capitalismo: os modos de produção que o precederam eram compatíveis com forças produtivas que avançavam muito lentamente ou permaneciam estacionárias durante longos períodos; já “o capital se baseia no ‘constante revolucionamento de suas premissas’” (ROSDOLKY, 2011, p. 353). O modo como Marx via a potencial solução do conflito entre forças produtivas e relações de

produção sob o modo de produção capitalista pode ser resumida nesta pequena passagem citada por Rosdolsky, extraída dos *Grundrisse*:

“Embora seja limitado por sua própria natureza, [o capital] tende a produzir um desenvolvimento universal das forças produtivas e *se converte na premissa de um novo modo de produção*, que não se baseará em um desenvolvimento das forças produtivas que reproduza e amplie uma condição limitada. Será um modo de produção no qual o desenvolvimento livre, desimpedido, progressivo e universal das forças produtivas constitui a premissa da sociedade e, portanto, de sua reprodução; no qual a única premissa é superar o ponto de partida” (ROSDOLKY, 2011, p. 353. *grifos nossos*).

Aqui, portanto, já não haveria os impedimentos colocados por relações de produção que se constituem em empecilho à expansão crescente da produção material e, por conseguinte, à expansão do próprio ser humano em suas múltiplas capacidades, físicas e intelectuais.

Ao discutir “o papel da maquinaria como precondição material para a sociedade socialista”, Rosdolsky nos lembra de outra significativa passagem dos manuscritos de Marx: “Se a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e de circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas” (ROSDOLKY, 2011, p. 353). Tal passagem pode ser cotejada com outro escrito célebre do economista alemão em que se diz:

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em via de aparecer (MARX, 2015, p. 25).

À pergunta “quais as condições materiais de produção tornam possível e necessária a transição a uma sociedade sem classes?”, Rosdolsky responde com um argumento central para este nosso capítulo – e para a nossa pesquisa em geral: o de que as condições de produção atuais (e note-se que o texto de Rosdolsky é de 1967) são as mais propícias que conhecemos a uma eventual transformação socialista. Como argumentamos anteriormente, essas condições propícias à superação do capital descritas

pelo autor em 1967 transformaram-se ainda mais radicalmente quando se consideram inventos como as impressoras 3D e os “cobôs”.

Rosdolsky faz uma explanação detalhada sobre “as transformações históricas surgidas do papel da maquinaria no processo de produção capitalista” (2011, p. 353-357). Segundo Marx, com o avanço das forças produtivas representado pelo desenvolvimento da maquinaria, “*o tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, e o tempo disponível assume esse papel*” (ROSDOLSKY, 2011, p.355. *grifado no original*).

“O tempo de trabalho como medida da riqueza coloca a própria riqueza como algo baseado na pobreza, e coloca o tempo disponível como algo imerso na antítese com o tempo de mais-trabalho; ou então coloca todo o tempo de um indivíduo como tempo de trabalho, degradando-o em mero trabalhador.” Esta é a análise de Marx sobre as transformações históricas surgidas do papel da maquinaria no processo de produção capitalista. Hoje, diante de uma nova revolução industrial em curso, não é necessário destacar a transcendência profética dessa concepção imensamente dinâmica e radicalmente otimista. O que o revolucionário alemão sonhava solitariamente em 1858, em seu exílio em Londres, ingressou hoje em dia – mas só hoje em dia – no âmbito do que é imediatamente possível. Graças ao desenvolvimento da técnica moderna, estão finalmente dadas – pela primeira vez – as condições para suprimir total e definitivamente o “roubo do tempo de trabalho alheio” (ROSDOLKY, 2011, p.356).

Marx escreveu seus Grundrisse entre 1857 e 1858. Rosdosky os analisou – e os respaldou – em sua obra publicada originalmente em 1967. Vamos ouvir, agora, o que os operários da indústria metalúrgica de Araraquara – bem como os seus dirigentes – têm a dizer; e comparar esses depoimentos com os prognósticos de Marx e Rosdolsky.

2.2 – A prática: o testemunho operário

É possível que a maior parte dos operários por nós entrevistados sequer tenha ouvido falar em Karl Marx ou marxismo. De qualquer maneira, não lhes fizemos essa pergunta. Não era o objeto de nossas preocupações. O único operário que podemos assegurar que chegou a conhecer algo sobre o assunto (e, ainda assim, apenas “de ouvir falar”) afastou-se, na juventude, de grupos estudantis que pretendiam organizar-se em torno das ideias de Marx, na cidade de Araraquara, por “orientação” dos pais. Estes viam com preocupação o fato de que o filho estivesse a “se meter com política”.

Assim, os testemunhos que seguem são de homens que, inconsciente e involuntariamente, realizam na prática aquilo que um autor que lhes é desconhecido prognosticou há mais de um século e meio.

2.2.1 – “NOSSA EMPRESA” – Extratora de Suco de Laranja

O primeiro operário que entrevistamos é precisamente aquele que se afastou dos grupos marxistas na juventude por orientação dos pais. Atualmente Cadu⁷ trabalha para uma empresa que presta serviços para a Cutrale, importante empresa de Araraquara – e uma das maiores do mundo no setor de suco de laranja.

Pesquisa: Como é que vocês (Cadu e demais companheiros de trabalho) operam essa máquina (pela qual são responsáveis)?

Cadu: A nossa responsabilidade lá é o seguinte: a gente chega no turno do horário, primeiramente a gente tem que fazer a preventiva, que é... cada mecânico cuida de uma linha, certo? Lá são seis linhas de quatorze máquinas. Cada mecânico é responsável por uma linha de quatorze máquinas. Esse mecânico, ele tem que olhar: tubo, que seria onde a laranja entra; ver se não tem tubo entupido, nada... E tem que olhar o óleo da linha dele, [pela qual é] responsável. Isso é a função dele, diária. Todo dia ele tem que fazer isso. E ficar de plantão [para observar] se a máquina quebra, se entra um corpo estranho, que seria um galho, uma pedra, que vai fazer o copo subir... a máquina vai parar... Aí

⁷ Todos os nomes dos operários entrevistados são fictícios.

você tem que ir lá e você tem que fazer a manutenção da máquina. Pra você fazer a manutenção da máquina, você tem que bloquear a máquina, você tem que pôr o cadeado na máquina, você tem que travar a polia da máquina, e você tem que ter cuidado porque a máquina é perigosa. Devido a trabalhar com velocidade, essas coisas. Então a gente tem um parâmetro que é – na verdade é uma regra – estabelecida há muito tempo atrás, e, independente do serviço que você vai fazer na máquina, você tem que pôr o cadeado na máquina, virar a seccionadora, pôr o cadeado, travar a polia. Trabalhar com segurança. Essa é a ideia da empresa. Trabalhar com segurança. Pra não ter incidentes. De casos de afastamento, ou sem afastamento, e... Nosso quadro de acidentes está zero... Afastamento... Já faz quatro mil e poucos dias que está [sem acidentes], graças a Deus, devido a muita palestra, muita reunião que eles fazem. No geral seria isso: a gente faz a nossa preventiva diária, que é olhar o tubo, que é a função do mecânico. E aí a gente divide: como tem seis linhas na sala de tração... se você estiver em dois, no turno, cada um vai olhar três linhas, se você estiver em três, cada um vai olhar uma linha ou duas linhas, e aí vai dividindo.

Pesquisa: E vocês não operam a máquina de uma maneira direta? É quase que um trabalho de supervisão?

Cadu: Isso. A gente fica ali. Um exemplo: na verdade a máquina, ela para por algum motivo. Para ela parar, o que que aconteceu? Ou ela quebrou por desgaste, [já] que ela trabalha vinte e quatro horas, né? Ou ela quebrou por desgaste de alguma peça, alguma coisa; ou [foi] algum corpo estranho que entrou. Porque ela seria o quê? Seria uma esteira de borracha, com as laranjas correndo, entrando dentro da máquina, e às vezes com as laranjas, vem galho, vem pedra, vem alguma coisa e entra dentro da máquina. Aí quebra a máquina. Então você tem que fazer o bloqueio e fazer a manutenção da máquina.

Pesquisa: E tem uma periodicidade média em que essa máquina para e vocês têm que fazer uma intervenção para ela voltar a funcionar?

Cadu: Não. A gente não tem um tempo exato. “Não, olha, eu tenho que fazer isso aqui em cinco minutos”... não funciona bem assim. A gente presta serviço para o cliente, que é a Coca-Cola. A Coca-Cola é o nosso cliente número um lá, da Cutrale. E a gente

procura deixar o mínimo possível parado, só que a gente sempre tem que fazer com segurança. Porque às vezes você vai fazer uma coisa numa velocidade acima do normal, você acaba esquecendo de pôr o cadeado na máquina, você acaba esquecendo de pôr a trava na polia, e você acaba sofrendo acidente. E isso aí não é bom para a empresa. Então às vezes, a pressa não é tão importante nesse ponto aí. Não é uma coisa assim definida: “Ó, a máquina quebrou, eu tenho xis tempo para fazer o serviço liberar”... não, não é assim que funciona.

Pesquisa: Não, mas eu digo o seguinte: vocês só intervêm na máquina, quando tem algum problema?

Cadu: Quando tem algum problema ou se eu vou fazer alguma manutenção nela. Por exemplo: a máquina não tá lubrificando, eu vou olhar a parte superior da máquina. Ela tá ligada. Ela não tá lubrificando. Às vezes pode ser que eu pare a máquina para arrumar ela.

Pesquisa: Tá. Então você trabalha mais ou menos oito horas junto dessa máquina?

Cadu: Isso.

Pesquisa: Durante essas oito horas, qual é o tempo que, em média, você gasta fazendo manutenção? E qual é o tempo em que você só fica na supervisão da máquina?

Cadu: Olha, para a gente estar fazendo a parte de supervisão, é mais ou menos quarenta e cinco, cinquenta minutos. Que a gente faz o que precisa fazer. No demais, parte de quebra de máquina que é uma coisa assim, que você não tá esperando acontecer, dependendo do caso... meia hora, uma hora, quarenta minutos também.

Pesquisa: Então, mais ou menos umas seis horas e meia ela [a máquina] trabalha sozinha?

Cadu: A máquina, você fazendo a preventiva dela... Você não desliga a máquina, a máquina está rodando, a máquina é pra rodar, se acontecer de você não precisar pará-la, fazer preventiva, nada, é para a máquina rodar sete horas no turno.

Pesquisa: E durante essas sete horas você fica junto da máquina?

Cadu: Isso.

Pesquisa: E durante esse período a sua atividade é puramente operacional? Como é a sua atividade durante essas sete horas?

Cadu: Olha, a gente tem a nossa responsabilidade. Que é fazer isso que eu te passei. E, extra máquina, de repente se está tudo em ordem na sala de tração, você já fez as suas obrigações, você vai lá para a seção...

Pesquisa: Ah, então têm outras atividades que você chama de “extra máquina”?

Cadu: Tem! Tem!

Pesquisa: Ah, isso é interessante...

Cadu: Pode ser que eu preencha... Lá a gente tem uma folha, que se chama... que é OSM, que eles falam. Ordem Satisfatória de Manutenção. Então, aquilo lá seria o quê? Você tem que preencher tudo o que você faz durante o dia. Então, um exemplo: pode acontecer de você ter feito as atividades do dia e não deu tempo de você passar para esse relatório... Esse relatório, ele é fundamental para o líder. O líder pega esse relatório e passa para o supervisor. Que eles têm o controle do que está acontecendo no dia-a-dia. Então isso daí a gente tem a obrigação de fazer também. Um exemplo: a máquina quebrou, a máquina deu algum problema, você tem que identificar isso daí no relatório. Isso daí, todo dia nós temos que fazer também. Fora a nossa atividade diária da máquina. A gente preenche o relatório. Um exemplo: a máquina, ela trabalha com os copos de... inferior e o superior. São cinco copos. Então, o que acontece? Quando entra um corpo estranho, alguma coisa, e danifica esse copo, e você precisa trocar... [então] a gente tem uma planilha lá que seria a CE, que é “Corpo Estranho”. E tudo o que

acontece por falha, por motivo da Cutrale, que não seria da Nossa Empresa⁸, a gente faz um relatório por escrito. Você tem que escrever o por quê que quebrou. E esse relatório, você tem que assinar o seu nome, e assinar o nome do encarregado da Cutrale que está no seu turno. E no final do mês, esse relatório, ele é passado para a Cutrale e é a Cutrale que banca isso daí, não é a Nossa Empresa. Isso aí é custo da Cutrale.

Pesquisa: E a Coca-Cola?

Cadu: A Coca-Cola é um cliente da Nossa Empresa há muitos anos e... A parte de laranja, o sumo da laranja... Porque a laranja, ela tem o suco, o próprio suco dela, e ela tem... [D]a própria casca da laranja... eles fazem o óleo, a essência do óleo, eles fazem bagaço. São vários segmentos que tem a fruta, né? E a Coca-Cola, [d]aquela essência do óleo, eles fazem o refrigerante, eles fazem várias coisas. Então ela [a Coca-Cola] é a cliente número um da Cutrale. Tem vários clientes, só que eles não mencionam para nós.

Pesquisa: Então a Coca-Cola compra o produto que vocês fazem?

Cadu: Ela compra o produto. Isso.

Pesquisa: A gente falou sobre a extensão [do período de trabalho]. Você me disse que são duzentas e vinte horas mensais?

Cadu: Isso.

Pesquisa: E que você e os outros três operários do turno trabalham seis dias e descansam dois. E agora a gente vai falar um pouco sobre a intensidade.

Cadu: Olha, uma observação: falei pra você duzentas e vinte horas. Ainda bem que eu lembrei: duzentas e vinte horas seria a carga horária direta. Segunda a segunda. Só que a gente mudou o horário. Agora a gente está fazendo seis por dois. Então não é duzentas e vinte horas mais. Diminuiu essa carga horária. Por que a gente está tendo dois dias de

⁸ Aqui Cadu menciona o nome da empresa em que trabalha, o qual omitimos pelo compromisso em mantê-los anônimos. Nós a chamaremos a “Nossa Empresa”.

folga na semana. Então... porque de repente você vai falar isso aí para a pessoa lá no seu trabalho [a pesquisa], e ela vai falar: “Espera aí, duzentas e vinte horas não seria o mês fechado?”. Mas se você tá falando que é seis por dois, então ele tem dois dias de folga. E é verdade, eu estava esquecendo de falar pra você. Então, na verdade, duzentas e vinte horas seria o mês fechado sem folga. De segunda a domingo. Aí, olha... duzentas e vinte horas, mês fechado, sem folga. Como a gente está fazendo seis por dois, na verdade não são duzentas e vinte horas.

Pesquisa: E você acha que dá mais ou menos quantas?

Cadu: Na verdade, olha: um mês são trinta dias... [...] são oito dias a menos, né?

Pesquisa: Vinte e quatro vezes oito dá cento e noventa duas horas.

Cadu: Cento e noventa e duas.

[...]

Pesquisa: Sobre esse período, então, que você fica lá junto da máquina, fazendo a manutenção... Quando você chegou [para a entrevista] você estava reclamando de desgaste: essas oito horas que você passa ali, como é que você sente a intensidade do trabalho? É muito intenso ou tem um período que dá para “dar uma descansada” quando não está fazendo a manutenção, ou não? Ou é um negócio pesado...

Cadu: Não, olha: isso aí varia muito da época em que a gente está. Tem época em que a fruta, a laranja, ela vem com a casca mais dura e tem mais quebra da máquina. Isso aí influencia muito da época [sic] em que a gente está. E nessa época eles moem limão lá, também. Limão siciliano.

Pesquisa: Então tem uma época em que a laranja costuma vir de uma maneira deferente?

Cadu: Tem, tem.

Pesquisa: Mas isso é por conta do que, você acha?

Cadu: Do clima mesmo. Da época. Um exemplo: o limão; é época do limão. E eles moem, sempre essa mesma época, todo ano, eles tem uma meta de moer uma porcentagem da fruta. E essa época eles estão moendo a própria laranja, né... O limão siciliano, que eles estão moendo. E eles estão moendo aquela mexerica cravo também. Nessa época. É mais ou menos um mês, dois meses de moagem. E o limão não é muito bom para a extratora, que é a máquina. Ele sobe muito copo, ele dá bastante serviço pra gente. E a mexerica, não. A laranja também não. E questão, assim, de trabalhar corrido, isso aí varia muito do mecânico cuidar da linha. Se o mecânico fizer uma boa preventiva da linha dele, cuidar bem da máquina, sempre vir se está lubrificando legal, se a máquina tiver algum defeitinho, ele vai arrumar... Com certeza ele vai trabalhar menos. Ele vai ter um período maior para descansar. Agora, se a pessoa for lá, simplesmente fizer o que precisa e ficar sentado, esperar quebrar a máquina, ele vai ter mais trabalho, porque além de ele ter que arrumar a máquina que for quebrar, ele vai ter que cuidar mais da linha dele.

Pesquisa: Então depende do que ele faz quando ele chega, faz a preventiva, etc.? Quanto mais ele trabalhou ali, no começo, maior a chance de ele ter um período menos intenso?

Cadu: Isso. Exatamente.

Pesquisa: E essa intensidade? Como é que você sente isso no plano do desgaste físico?

Cadu: Em termos de desgaste, é bem desgastante. Porque a gente tem o barulho das máquinas, que aquilo ali é muito forte o barulho.

Pesquisa: Vocês trabalham com algum protetor?

Cadu: Trabalho.

Pesquisa: Mas, mesmo assim...

Cadu: Hum... diminui o barulho. Diminui bem... [...] A gente trabalhada com todos os CTT's, que seriam: o óculos de segurança, a gente trabalha com touca, porque é uma empresa alimentícia. A gente trabalha com capacete, e a gente trabalha com protetor auricular. E a gente trabalha com sapatão, bico de ferro, tudo isso. Porque é perigoso, né. E tem o fator do barulho. Que ali são oitenta e quatro extratores e é um barulho muito forte. E o sumo da laranja é muito forte. Aquele sumo que sai da laranja. Você olha assim no... por cima, assim [no ambiente da fábrica], você vê aquele sumo [faz sinal com as mãos significando “no ambiente”, “no ar”], e é um sumo forte. E a soda, né? A gente trabalha com soda. A gente vai lavar uma peça com soda quente... Aquele vapor... então, é um ambiente de trabalho que é bem desgastante. Desgaste físico, mental.

Pesquisa: E esse “desgaste mental” você acredita que é mais por conta, mesmo, desse barulho constante?

Cadu: Barulho constante, e às vezes você não consegue achar o defeito da máquina, você fica batalhando, aí você gera um desgaste, porque você fica pensando: “o que pode ser?” e “isso não é”, “isso não é”... Então você vai ter que ir descartando as hipóteses, entendeu?

Pesquisa: E é frequente essa situação [de não se identificar o problema da máquina imediatamente]?

Cadu: Não, não é frequente não. É um serviço rotineiro. É um serviço “sempre a mesma coisa”. Só que tem algumas coisinhas que mudam um pouco. Às vezes é um tipo de defeito que é fácil, só que tem que... você acha que você vai ficar com as coisas mais fáceis que tem uma máquina pra você fazer, entendeu? Mas tem uma solução, sempre tem uma solução pra gente resolver.

Pesquisa: Você sente mais esse desgaste físico pesar, ou esse desgaste psicológico por causa do barulho e desse cheiro constante? Qual você acha que pesa mais pra você?

Cadu: O que pesa mais ali é... devido eu estar [trabalhando] tarde, das quinze às vinte e três. O calor, propriamente dito, ele já desgasta. O nosso calor já é um fator muito forte. Aí vem o sumo, aí vem o barulho, e isso daí desgasta muito. Muito. E o trabalho, né... nosso dia-a-dia, que a gente tem que fazer, acaba desgastando um pouco, mas o fator que mais faz eu sair dali cansado, desgastado, esgotado, é o barulho, é o sumo, é a soda, é tudo aquilo ali, no final do dia, acaba deixando você um pouco desgastado.

Pesquisa: A soda você usa para limpar peças?

Cadu: Isso. A gente tem uma mangueira instalada em cada linha e, por exemplo: você vai ter um filtro... a máquina não está lubrificando, por que ela não está lubrificando? Por causa do filtro. Aí você tem que tirar o filtro da máquina, aí você vai lá embaixo, põe lá o filtro, você bate uma soda no filtro pra limpar. E isso aí funciona para uma máquina que você vai desmontar. Bate uma soda para limpar aquela graxa, aquela coisa de óleo, você bate uma água e você põe lá [de volta].

2.2.2 – “FASEP” (Fábrica de sondas de exploração de petróleo)⁹

As entrevistas seguintes foram realizadas na própria empresa, em Araraquara. O proprietário nos reservou uma sala de reuniões onde pudemos tomar o depoimento do Gerente e dos operários. Trata-se de uma fábrica que produz sondas para a exploração de petróleo.

A primeira entrevista nos foi concedida pelo gerente, que explicou questões relativas ao processo de trabalho.

Pesquisa: Um operário que já trabalhou com máquinas convencionais tem mais facilidade para lidar com máquinas CNC (Comando Numérico Computadorizado)¹⁰?

⁹ Conforme informamos, trata-se de nome fictício. Os nomes da empresa e dos entrevistados permanecerão anônimos.

¹⁰ Sobre o funcionamento de uma máquina CNC: <https://www.youtube.com/watch?v=0tczaUc0e0s>

Gerente: [Ele] tem mais habilidade, é mais “jeitoso” para fazer a peça.

Pesquisa: Então a maioria dos operários que vem trabalhar com essas máquinas mais modernas, essas CNC, é o pessoal mais jovem que, aqui na cidade [Araraquara], é formado no SENAI?

Gerente: No SENAI. Só que eles vêm crus de lá. Eles vêm sabendo só o “abcd”. Depois nós temos que treinar eles, preparar eles... Porque depende do tipo de empresa que esses profissionais que são formados pelo SENAI entram. Pode ser que eles entrem numa empresa que não tem muita exigência, e o que ele aprendeu ali é o suficiente. Só tornear, só tirar um diâmetro, coisa simples... aí o curso que ele fez é o suficiente para a empresa. Mas no caso da FASEP não, porque a gente trabalha com peças complexas. A gente trabalha com peças para petróleo. São componentes que vão para o fundo do mar e vão ficar cinco anos lá. Então, o nível de exigência é internacional. A precisão é, assim, absurda. E os valores agregados para essas peças são também altíssimos, os custos dessas matérias primas. Então a margem de erro tem que ser minimizada porque senão você toma um prejuízo “lascado”. Mesmo esses operadores, quando eles chegam aqui, a gente treina eles... e ele vai evoluindo conforme o tempo e o tempo dele também. Mas na grande maioria a gente já trabalha com operadores com grande experiência.

Pesquisa: E há uma média, mais ou menos, de quantos operários são dessa turma mais jovem e quantos são [mais experientes]?

Gerente: Vamos tomar como base a fábrica aqui: eu tenho, antigo mesmo... Eu só preciso saber com você o que você classifica como sendo jovem e o que classifica como sendo uma pessoa mais experiente, no caso...

Pesquisa: Vamos pensar assim: um operário que nunca trabalhou com uma máquina convencional.

Gerente: Sim, tem... muito bom. Dos vinte operários que eu tenho, dois operários convencionais.

Pesquisa: Dois? Ou seja, dez por cento.

Gerente: Exatamente... [...] operário fica obsoleto... E tem peça que você não consegue fazer no CNC, você tem que fazer no convencional.

Pesquisa: Mas, que tipo de peça?

Gerente: Existem umas peças, por exemplo, dependendo o tipo de peça... Por exemplo, se eu pegar uma barra de ferro e, eu preciso torneá-la de fora a fora, eu não consigo simplesmente colocar ela no torno CNC e já fazê-la, eu tenho que pôr no convencional, torneá-la, fazer furo de centro nela, para ele poder colocar no torno CNC e fazer a peça. Então, o torno convencional é igual ao fax, a gente achou que o fax ia morrer lá no passado, mas aconteceu de ele não morrer, porque alguns tipos de informação você precisa passar... ou o scanner, no caso... passar assinatura e coisa assim do tipo... Quer dizer, é um tipo de máquina [a convencional] que ainda hoje ela é necessária. Claro que não é cem por cento, mas vamos considerar aí em torno de quarenta por cento... É essencial dentro de uma usinagem, uma máquina convencional.

Pesquisa: E esses dois operários que têm mais experiência, que passaram por essas máquinas convencionais, dentro da fábrica eles ocupam um posto diferente dos outros? Um posto que exige mais responsabilidade, mais experiência?

Gerente: Não é assim. Dentro de uma usinagem você trabalha por setor, então as máquinas convencionais ficam... geralmente são as pessoas mais antigas. São pessoas que pela experiência que elas tem com máquinas convencionais elas tem um xis salário. E não é um xis salário baixo, não. Aí as pessoas que tem só conhecimento de CNC, aí também tem classificações, tem júnior, sênior... Então a máquina convencional, ela tem muito tempo... A CNC, ela já tem um tempo também, tem mais de vinte anos... [...] então eu tenho operador aqui na fábrica que não tem quinze anos de CN[C], no caso... um é velho, ele é um operador que está na faixa dos seus trinta anos, trinta e três, trinta e quatro anos. E eu o considero como essa geração mais jovem. Para mim, essa geração mais antiga são os cabeças brancas que tem acima de quarenta anos. Esses [mais antigos] não aprendem mais CNC, não tem mais jeito. Mas eu tenho casos aqui na fábrica de pessoas que chegaram com... só tinham conhecimento da convencional. Aí na vontade dele, que nós percebemos que ele realmente queria melhorar, crescer, evoluir,

aí nós treinamos esse operário para que ele realmente aprendesse a trabalhar com CN[C]... Então ele trabalha com convencional e com máquina CNC. Trabalha com os dois tipos de máquina.

Pesquisa: Para nós, o mais crucial desta entrevista com você, é entender o seguinte: essas máquinas CNC, nesses vinte anos pra cá, elas economizaram, digamos, força-de-trabalho. Onde eu empregava, suponhamos, três operários operando uma máquina convencional, eu economizo força-de-trabalho porque uma máquina CNC faz um trabalho...

Gerente: É mais rápido. [...] Se você vai fazer na convencional, você vai fazer em xis tempo, na CNC é um outro tempo. Na verdade, dependendo muito da complexidade da peça, ela pode ser até três vezes, quatro vezes mais rápida. Consegue concluir, fazer a peça mais rápido do que a convencional.

Pesquisa: Então eu posso imaginar uma média: onde operavam quatro operários [numa máquina convencional], numa CNC opera um.

Gerente: Opera um. Pode considerar isso aí. Porque tem muita complexidade, como eu estou te falando. Mas é mais ou menos essa média aí. A CNC, ela é muito mais rápida... e muito mais qualidade...

Pesquisa: E por fim, para nós seria importante entender o seguinte, essas máquinas CNC influenciaram de alguma maneira no tema que a gente está tratando hoje, na extensão, na intensidade, diminuiu ou aumentou esse desgaste físico e psicológico [do operário]? Como é que esse processo de trabalho, ele influenciou...

Gerente: Totalmente. Um operador de CNC e um operador de convencional... Um operador de convencional o cansaço físico dele, o desgaste é muito maior, porque ele tem que ficar o tempo todo em cima da máquina, e de alguma forma influenciando no processo da máquina, na fabricação da peça. Tem que estar a força manual dele ali, junto, para que a peça saia. CNC, não: ele aperta o botão, coloca a peça e espera.

Pesquisa: É mais, digamos, manutenção e supervisão?

Gerente: É mais de supervisão. Depois que pegou, fez a primeira peça lá, foi lá... [...] colocou a peça [...] tudo bonitinho, torneou, perfeito, fez a primeira peça, chama a qualidade para medir, a qualidade mede, está dentro, beleza... [então, a partir da segunda peça] aí vira o apertador de botão que você está falando... o apertador de botão, isso, a CNC não perde. Vai perder um dia, mas ainda vai demorar. Por que? Se quebra uma ferramenta... o operador tem que ter [atenção] máxima, senão perde a peça, destrói ferramenta e danifica a máquina. Então tem que ter ele ali, no caso. Agora no caso da convencional, você já não tem mais esse risco. Por que o operador ele vira parte da máquina. Então, ele está ali trabalhando na máquina como se fosse uma parte da máquina. É uma relação muito próxima para o operador. Mas aí, por isso que dá o desgaste, porque ele tem que ficar em cima o tempo todo mesmo, porque depende muito dele para a peça sair, senão não sai. O torno não faz. [...] Agora o CNC, não: aperta o botão... põe a peça lá, aperta o botão... [...] então ele não cansa, porque senta na cadeira e fica esperando. É assim que funciona. O CNC, ele não tem cadeira para sentar... o CNC, não, perdão!... o convencional, ele não tem cadeira para sentar, ele tem que ficar de pé, em cima da máquina.

Pesquisa: Então, o desgaste físico é bem menor?

Gerente: Na CNC o desgaste físico é bem menor. Psicológico e físico é outra coisa. Por isso que a molecada hoje, ninguém mais quer trabalhar em máquina convencional. Todo mundo foi para a CNC porque não quer outra máquina.

Pesquisa: E isso é em toda parte? Como a nossa pesquisa é sobre os operários metalúrgicos de Araraquara e região, isso é em todo o processo de...

Gerente: Em todas as empresas de metalurgia. É um padrão. Raramente você encontra um operador de torno convencional.

Pesquisa: E isso, então, de vinte anos pra cá?

Gerente: De vinte anos pra cá. Bom... praticamente, está desaparecendo. Esses são os últimos... são raros... [operário convencional] ruim já é difícil, bom então... é mosca branca de olhos azuis, você não vai encontrar. Ou você encontra porque, por conta da crise, as empresas estão desempregando e você encontra mão-de-obra qualificada sem emprego. Mas no auge da metalurgia, da Petrobras, quando o Brasil estava em crescimento, rapaz, você tinha que tirar de outra empresa. Você tem que oferecer um salário maior para tirar o cara de outro lugar... [...] Esse tipo de mão-de-obra é uma mão-de-obra cara... Tanto CNC, como convencional. Eu digo mão-de-obra cara, os bons... Porque o ruim tem no mercado. Então você é obrigado a pagar melhor esse pessoal, e agradá-los para que eles fiquem. Porque até você pegar, trazer outro, treinar, preparar, meu amigo... [...] perde-se tempo, perde-se qualidade e assim por diante.

Pesquisa: **Você acha que num período de quanto tempo esse aluno que sai do SENAI, depois de vir pra cá, ele fica...**

Gerente: Para ele ficar bom mesmo, cinco anos. [...] Um operário que sai do SENAI e cai aqui na FASEP, em cinco anos o “passe” dele vai ser absurdo. Ele vai ser muito caro. Agora, se ele sai de lá e vai para uma empresa qualquer, uma empresa que, por exemplo, faz peça para trator, isso não tem complexidade nenhuma. Então você não vai ter um valor... [...] Quando cai aqui, não: ele é treinado, ele tem que aprender, tem que trabalhar com normas internacionais. Ele tem que aprender muita coisa que o mundo usa. Então, assim, ele acaba se valorizando demais, na verdade, acaba sendo um investimento. Uma mão-de-obra que sai do SENAI e cai numa empresa tipo a FASEP. Para eles é um investimento. Eles não enxergam dessa forma, você tem que ficar colocando na cabeça deles que estão numa escola aqui, ganhando, ainda, para se desenvolver, no caso. Mas, a média é cinco anos para o cara ficar bom e ficar valorizado. E eles sabem disso.

Pesquisa: **O fato de que essas máquinas CNC provoquem um desgaste físico menor permite que o tempo de trabalho dos operários seja aumentado em relação ao que se fazia antigamente?**

Gerente: Um encargo maior de trabalho? Sim, claro. Um operador de uma máquina CNC normal, ele não tem desgaste físico. Praticamente nada. Porque ele fica muito

tempo parado. E o trabalho dele é prestar atenção na máquina. E o outro trabalho dele seria trocar, a hora que acabou, olha a peça, mede a peça, vê se está em ordem, parte para a próxima operação. Ou, se está em ordem, tirar a peça, põe outra peça, mede se está na posição, tudo certinho, senta na cadeirinha, e fica lá... Ele pode ficar lendo. Eu falo para eles, “você são muito manés, porque poderiam estar aproveitando esse tempo ocioso”... Fica do lado da máquina, aprende, estuda, aproveita, já que você tem essa oportunidade...

Pesquisa: É possível fazer isso?

Gerente: É possível fazer isso. Se o cara ficar esperto, ficar ligado na máquina... O celular é proibido, aqui dentro não pode ficar no celular. Mas se o cara, de repente, do lado da máquina, quiser fazer uma leitura, mas ligado no que está acontecendo na máquina, joia...

As próximas entrevistas foram realizadas com os operários da FASEP.

Pesquisa: Você se formou aqui em Araraquara, aqui no SENAI mesmo?

Rogério: Sim, sim.

Pesquisa: Há quanto tempo você trabalha aqui na empresa?

Rogério: Aqui vai fazer três anos em dezembro.

Pesquisa: Você opera as máquinas CNC, não? Eu soube que, para que se adquira uma habilidade na operação dessas máquinas, digamos, uma habilidade “ótima”, leva um período de cinco anos, mais ou menos. Você acredita que já está...

Rogério: É, faz dez anos que eu trabalho com torno CNC.

Pesquisa: Ah, sim, então já faz mais tempo... Quando você veio para cá, você já trabalhava com isso?

Rogério: Isso, isso...

Pesquisa: Outra coisa que nos foi dita, é que na maior parte do tempo em que vocês ficam operando a máquina, não tem tanto desgaste físico como havia na operação com as máquinas convencionais, porque é um trabalho mais de monitoramento e supervisão. Você pode me dizer como funciona esse trabalho de supervisão?

Rogério: Sim. Seria mais supervisionar, conferir. Ver se não quebra nenhuma ferramenta, nada. Nosso desgaste é mais psicológico do que físico.

Pesquisa: Por quê? Quais são esses fatores?

Rogério: Porque a atenção tem que ser dobrada. Ficar muito atento, que qualquer errinho, qualquer desgaste, qualquer coisa, estraga a peça. Então, acho que o psicológico, acho que é o pior. A pressão é muito grande também... pressão muito grande. A peça é muito cara, peça de cem mil, cinquenta mil (reais)...

Pesquisa: E quanto tempo demora para uma peça dessas, de cinquenta mil reais, ficar pronta?

Rogério: Depende. Na minha máquina, vamos pôr aí... um dia, mais ou menos. Por que assim, às vezes sai de uma e vai para outra... e tem furação... então vai passando por várias etapas. Então tem torno... às vezes vem do torno convencional, vem do CN, aí do CN vai pro centro de usinagem, do centro vai para [...], aí vai para a metrologia, então tem várias etapas.

Pesquisa: Então esse valor que você está me dizendo é o valor final?

Rogério: Ou, às vezes, a matéria-prima. Às vezes só a matéria-prima é esse valor...

Pesquisa: Essa questão do desgaste psicológico e da atenção que tem que ser redobrada: quanto tempo, diário, mais ou menos, você passa operando essa máquina? Oito horas ou mais?

Rogério: Por aí...

Pesquisa: E você acredita que nesse período de oito horas vocês conseguiria realizar alguma tarefa paralela? Desviar a atenção, ler alguma coisa...

Rogério: Não. Nesse tipo de serviço que a gente faz aqui, não. Tem algum outro tipo de serviço mais simples, mais tranquilo que até dá. Mas esse que a gente realiza aqui, não dá. Você não pode errar nada. É muito... o aperto é muito grande.

Pesquisa: Dentro do ambiente de trabalho, existe alguma outra coisa, além dessa constante pressão com a atenção, que pode influenciar nesse desgaste que você está me dizendo que é mais um desgaste psicológico? O operário [que trabalha numa extratora de suco de laranja], por exemplo, tem um desgaste inclusive por conta do cheiro do produto, da laranja, tem uma série de fatores, o ambiente, o calor... Tem algum outro fator?

Rogério: Tem. [...] Tem o ruído. mas eu acho que o que afeta bastante o psicológico é complicado... Porque aqui a gente está bem estruturado, sabe. Então, a empresa te dá todo o aparelho [de proteção], os óculos, você não faz força porque em todas as máquinas tem ponto, então você não faz força nenhuma. É mais o psicológico mesmo. Claro que você pega uma coisinha ou outra, mais pesada, mas é bem pouca... É mais a concentração ali e o psicológico.

Pesquisa: Durante essas oito horas em que você opera a máquina, a maior parte é um trabalho de supervisão mesmo?

Rogério: Sim, sim. [...] Tem o físico, mas é pouco. Você confere, aí você pega com a ponte, aí [...] põe a peça no chão, não é aquilo que você pega no braço, põe... força a coluna, força... e a máquina está trabalhando, tem um banquinho lá, você senta, fica olhando, dá pra você dar uma descansada. Aqui é assim. Nas outras empresas não é bem

assim. A maioria das vezes você fica em pé, não é todas as máquinas que tem ponte pra você pegar, você tem que pegar na mão. Então, tem um esforço físico maior. Aqui, não. Aqui o esforço físico é menor e o psicológico é maior.

Pesquisa: Nesses outros sete anos você trabalhou em outra empresa?

Rogério: Sim. Só que eu trabalhei com peça pequenininha. Nunca trabalhei com peça pequena. Na outra, eu trabalhei com peça grande, só que a máquina que eu trabalhava também tinha ponte [...] tinha esforço... Só que as peças não eram tão precisas como é aqui.

Pesquisa: Mas era CNC também.

Rogério: CNC. Tudo CNC. A primeira que eu trabalhei era pecinha pequena, de equipamento odontológico. Então não tinha esforço nenhum, porque eram umas pecinhas pequenininhas assim. Mais psicológico também... Só que se você erra lá, também tem não problema, porque o erro é mínimo, você joga a peça lá... Não tem controle, não tinha nada. E nessa outra empresa... [...] lá, se você errou, eles põe solda e eles fazem de novo. Não tinha problema. Agora, aqui não. Aqui você não pode errar nada.

Pesquisa: Tem uma diferença muito grande entre a máquina que você operava lá e a máquina que você opera aqui?

Rogério: Sim, sim. É que hoje eu trabalho com vertical, o torno é vertical. Lá era horizontal. Eu comecei a trabalhar com pecinha pequena, então era outro tipo de montagem. Aí, depois eu passei de uma máquina grande para outro tipo. Agora eu estou no vertical. É outro modo de trabalhar...

Pesquisa: Qual é o período exato de trabalho?

Rogério: A gente entra às sete e doze (da manhã) e sai às cinco (da tarde). Uma hora de almoço. Oito horas e quarenta e oito (minutos) por dia. Segunda a sexta. Sábado, se for, é hora extra. Mas ultimamente não está vindo, porque está meio fraco.

Segue a entrevista com outro operário, no mesmo ambiente da fábrica. Marcelo, o entrevistado seguinte, mostrou-se bem relutante e desconfiado ao responder as questões. E quando chegou para a entrevista, quis saber o motivo de a estarmos realizando.

Pesquisa: Nós estávamos conversando com o outro rapaz (o Rogério), e ele me disse que o desgaste físico [para o operário] é menor do que quando se operava a máquina convencional, porque o processo hoje é mais automatizado. Então, seria um trabalho mais de supervisão. Você poderia falar um pouco como é o seu trabalho?

Marcelo: Eu, no caso, ajudo o pessoal no processo. Em termos de desgaste, físico e psicológico, você fala? Eu acho que varia de empresa para empresa. Depende muito de como eles trabalham. [Notamos, nesse momento, certa hesitação por parte do entrevistado].

Pesquisa: Qual é o trabalho que você realiza?

Marcelo: Eu estou como programador e operador... não, programador e preparador de máquina. Então, no caso, eu ajudo mais no processo, sabe? No processo de fabricação.

Pesquisa: Então, nesse tipo de trabalho que você realiza aqui, não tem um desgaste físico muito grande?

Marcelo: Ah, até tem um pouco [o entrevistado se mantém muito hesitante]. Por que, por exemplo, chegou um serviço, então eu tenho que preparar aquela máquina, aí preparou, aí tem outra máquina, tem outro item que tem que pegar, aí tem que sair daqui pra lá, então às vezes faz duas três preparações por dia... três, quatro por dia. Tem dia que é meio tenso, porque os caras ficam em cima.

Pesquisa: O que nós ouvimos também é que o fato de que vocês tenham que prestar muita atenção no processo causa uma tensão. Você pode me falar sobre isso também? [...] Tem uma pressão que seja mais psicológica?

Marcelo: Ah, é... Ainda mais do jeito que está [refere-se à crise econômica]! Aqui, por exemplo, o cara tá fazendo a peça, aí esquece alguma coisa, mata a peça... Aí causa muito problema, né... aí é reunião e: “quem matou, porque que matou?” Tem que escutar todas essas conversas aí. Bom, quando não mandam embora, né...

Pesquisa: **Mas é raro, ou não, acontecer a dispensa por conta de um erro?**

Marcelo: [hesitante] Ah... é... é e não é, né? Se estiver acontecendo muito em curto intervalo de tempo, aí é mais fácil.

Pesquisa: **Durante seu período de trabalho, você acredita que daria para você realizar algum outro tipo de tarefa? Por exemplo, ler alguma coisa, se distrair de alguma maneira...**

Marcelo: Só na hora do almoço.

Pesquisa: **Fora dessa hora de almoço, então, não tem condições de fazer mais nada?**

Marcelo: [Balança a cabeça negativamente].

Segue a entrevista com um operário mais velho, a quem chamaremos Nilton. Explicamos a ele os objetivos da entrevista e seguimos.

Pesquisa: **O senhor poderia nos falar um pouco sobre a questão da intensidade no seu trabalho?**

Nilton: Rapaz, o trabalho aqui é assim... a intensidade é o seguinte: a atenção. Porque peça de precisão você não tem como, né... tem que ficar atento. Porque além de ser um serviço de precisão, ainda tem tempo para executar o serviço.

Pesquisa: **Tem tempo para executar?**

Nilton: [...] Porque o tempo que você demora é o tempo que você vai cobrar do cliente o seu trabalho, sua mão-de-obra. Cada máquina tem uma hora de serviço, é cobrado em cima da hora trabalhada do operador, entendeu? Então, quanto mais você trabalhar, a empresa ganha em cima porque ela tem um determinado tempo para fabricar a peça [...], e a gente executando em menor tempo, com precisão, lógico, a empresa lucra em cima disso.

Pesquisa: E qual a sua função aqui na empresa?

Nilton: Eu sou ajustador mecânico.

Pesquisa: E você chegou a trabalhar com as máquinas convencionais?

Nilton: Já. Trabalhei com forneira radial e fresa.

Pesquisa: E faz quanto tempo que você trabalha nesse ramo?

Nilton: Na metalúrgica? Desde mil novecentos e oitenta.

Pesquisa: E você já trabalhou fora de Araraquara?

Nilton: Só em Araraquara. E em Américo Brasiliense, que é vizinha. Trabalhei dez anos na Villares, [...] trabalhei na Metalbras, [...] e trabalhei na IESA.

Pesquisa: E quais foram as principais transformações que você notou que aconteceram no trabalho dos metalúrgicos, em geral – e especificamente aqui na região [de Araraquara] – desde que você começou, em mil novecentos e oitenta, até hoje?

Nilton: Segurança. [...] Quando eu comecei na Villares em mil novecentos e oitenta, não existia esse sapatão de segurança não tinha. Eles te davam só a camisa e uniforme, a calça era sua também. Depois que houve certos incidentes, a empresa, em [mil novecentos e] oitenta e dois, implantou o sapatão. Sapatão de segurança. Que também o

sindicato partiu pra cima, né, por causa da questão de segurança, aí foi implantado o uniforme completo: você tem a calça, a camisa e o sapatão. Os óculos já tinham. Só não existia o sapatão. Como houve alguns incidentes como esmagamento de dedos e tal, corte no pé, implantou-se o sapatão também. E a segurança de lá pra cá, foi o ponto mais alto que teve a metalúrgica. O que mais melhorou de lá pra cá foi essa coisa, a segurança no trabalho.

Pesquisa: E na questão do desgaste físico?

Nilton: O desgaste físico, rapaz, eu acho que em qualquer função existe, né? Físico e mental. Mas vai de você administrar.

Pesquisa: Mas em relação daquela época comparando-se com hoje em dia?

Nilton: Olha, eu acho que melhorou, porque... O seguinte, você tem melhores condições de trabalho. Então o desgaste físico diminuiu. Hoje tem empilhadeira, ponte rolante, talhas, tem de monte. Aqui nessa empresa, por exemplo, em todo o lugar tem uma talha. Se você pegar dez quilos na mão é porque você quer. Porque ela te dá todas as condições de trabalho, essa [empresa] daqui, entendeu? Ponte rolante, talha [...] tem de tudo. Empilhadeira... Isso daí não existia de primeiro, né... Então você pegou mais comodidade para trabalhar. Acabou o desgaste físico através desses benefícios que a empresa fornece pra você.

Pesquisa: E com essa mudança das máquinas convencionais para a CNC?

Nilton: Isso daí agilizou mais o serviço. [...] Porque antigamente era tudo na papeleta. Você pegava o desenho, abria o desenho, executava normalmente o serviço. Hoje você joga o programa na máquina, você programa ela... Ela trabalha, entre aspas, sozinha. Entre aspas. Porque máquina não trabalha sozinha. Tem que ter o homem atrás dela, entendeu?

Pesquisa: Mas o relacionamento do operário com a máquina mudou completamente?

Nilton: Completamente.

Pesquisa: E você sentiu, quando você migrou das máquinas convencionais, para essas máquinas CNC? Como foi?

Nilton: Olha, eu particularmente não trabalho com máquina CNC. Eu nunca trabalhei com máquina CNC. Quem mudou para esse tipo de máquina, acho que teve uma melhoria bem acentuada, porque é outro nível de trabalho, né? Agora você tem que se formar, tem que estudar mais, pra poder se aprimorar na máquina CNC. Você tem que ter um baita dum curso, tem que ter uma baita dum experiência para pegar uma máquina dessas, porque não é uma máquina barata e o serviço também não é barato, é um serviço caro. Então qualquer peça que você mate ou você danifique, pronto, já era, né... Então por isso que tem que ter aquela atenção. O desgaste físico seu, físico, diminuiu. Só que você tem que ter mais cuidado.

Pesquisa: Inclusive para o tipo de serviço que você executa?

Nilton: A função que eu executo é serviço manual. O acabamento que eu faço é o que a máquina não consegue fazer. Não chega na perfeição que precisa. Então eu faço polimento, faço rosca manual... [...] A máquina é muito violenta para fazer certos serviços. você tem que fazer manual. E acabamento sou eu que faço na peça.

Pesquisa: Então o seu trabalho é quase artesanal?

Nilton: É a arte final. É artesanal. Exatamente. Meu serviço é mais manual. É só na mão mesmo.

Pesquisa: Então você não tem contato com essas máquinas que realizam...

Nilton: Não. Só forneira radial que eu tenho contato, e fresa... que é também uma máquina universal que não é CNC, entendeu?

Pesquisa: Então o tipo de trabalho que você realiza aqui dentro da fábrica, e em geral, nas demais empresas, é um tipo de trabalho mais específico? Tem menos pessoas, menos operários fazendo o tipo de trabalho que você realiza...

Nilton: Exatamente. Porque aqui só tem eu que faço esse tipo de serviço.

Pesquisa: E nas outras empresas a quantidade de pessoas fazendo esse...

Nilton: A empresa que mais tem funcionário na parte de ajustagem mecânica é a IESA. Tinha. Por que hoje não tem mais também. Na minha época tinha doze. Na usinagem leve.

Pesquisa: Para uma empresa que emprega mais ou menos quantos operários?

Nilton: Ah, lá tinha dois mil funcionários.

Pesquisa: Hoje deve ter uns mil e quinhentos.

Nilton: Se tiver mil é muito.

Pesquisa: Para esse tipo de operação mais manual, mais artesanal, deve ter uns cinco, digamos? Uns quatro, cinco?

Nilton: Lá, se tiver, é isso aí. Se tiver, é isso. Não tem mais que isso.

3 – O CAPITAL, UMA RELAÇÃO SOCIAL

No nosso primeiro capítulo, em que traçamos um panorama teórico sobre a questão do trabalho assalariado e dos seus limites históricos, e promovemos um debate sobre a definição de “proletariado” de Lessa e Tonet, sugerimos que esses autores teriam privilegiado um modo, por assim dizer, inadequado de respaldar os seus argumentos: utilizar-se de citações de Marx tidas por eles como “canônicas” em detrimento dos escritos apócrifos, ou seja, daqueles que não foram publicados em vida pelo autor alemão.

Num primeiro momento nos valem, igualmente, de citações de Marx (complementadas pelo estudo de Roman Rosdolsky) em nossa polêmica com Lessa e Tonet. E embora acreditemos estarem demonstradas, ainda que de forma não exaustiva, os limites da produção capitalista, apontados por Marx nos *Grundrisse* e respaldados por Rosdolsky em seu *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, faz-se necessária, para a melhor compreensão de nossos argumentos uma breve explanação a respeito das relações capitalistas de produção.

Com isso, pretendemos evitar o procedimento de Lessa e Tonet, ao tentar refutar suas posições, supostamente baseadas em Marx, apenas com a apresentação das referidas citações – e sem a concomitante explanação teórica. Desse modo, neste capítulo, pretendemos demonstrar como o capital se constitui como uma *relação social*. E que esta é a questão decisiva quando se trata de vislumbrar uma possível superação desse modo de produção. E não o aspecto prático-manual (ou não manual) do trabalho realizado pela classe trabalhadora. E que para essa superação tampouco basta a simples transformação do status jurídico da propriedade (em propriedade estatal)¹¹.

¹¹ Engels, em seu prefácio ao volume II de *O Capital*, faz uma importante observação contra os chamados “socialistas de cátedra” e “socialistas do Estado”. Segundo nota da edição alemã ao texto de Engels, esses autores compunham uma “corrente da Economia Política burguesa na Alemanha que surgiu nos anos 70 do século XIX. Os socialistas de cátedra [...] eram ferozes inimigos do marxismo e representavam um reformismo burguês. Propagavam a paz de classe entre burguesia e proletariado, procuravam enfraquecer a luta de classes e propunham algumas reformas sociais, para reduzir a influência da social-democracia revolucionária e reconciliar os trabalhadores com o reacionário Estado prussiano. Apresentavam a estatização das estradas de ferro, realizadas pelo governo prussiano e a introdução do monopólio estatal do tabaco e da aguardente planejada por Bismarck como “socialismo de Estado”. Marx e Engels travaram

Evitaremos aqui, portanto, uma disputa escolástica em torno de escritos “canônicos” ou “apócrifos” de Marx. E utilizando-nos de todos esses escritos, indistintamente, pretendemos demonstrar a nossa tese a partir de um procedimento que vai além da mera exegese dos textos clássicos: a exposição coerente dessa forma histórica de relação social: o capital.

“Também o *capital* é uma relação social de produção. *É uma relação burguesa de produção*, uma relação de produção da sociedade burguesa (MARX, 1981, p.38)”. Apenas a compreensão exata desse argumento fundamental – que, de resto, não dá margens a dúvidas – pode evitar que se adote dois pontos de vista muito comuns e, a nosso ver, equivocados a respeito:

- a) da “classe revolucionária”; e,
- b) da “natureza do socialismo”.

O primeiro ponto de vista, conforme vimos, é expresso por Lessa e Tonet, que atribuem ao tipo de tarefa realizada pelo trabalhador assalariado o aspecto decisivo para a sua classificação como proletário (e, portanto, como “sujeito histórico-revolucionário).

O segundo ponto de vista diz respeito àquilo que se considera como “socialismo”, ou seja, um modo de produção superior, do ponto de vista histórico, ao capitalismo. Geralmente são chamados “socialistas” os países em que predomina a propriedade estatal dos meios de produção, ainda que as relações sociais de produção vigentes nesses países sejam relações de capital. Para esse último ponto de vista o decisivo também não é *o capital como relação social*, mas o status jurídico da propriedade dos meios de produção: estatal ou privada/particular (BETELLHEIM, 1976).

Para uma compreensão mais adequada, e por uma exposição mais didática deste problema, começaremos por discutir o segundo ponto por nós ressaltado: aquele que se refere à “natureza do socialismo”. Pois, assim como o próprio Marx observa em sua *Introdução à crítica da economia política*: “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (MARX, 2015, p.191). O mais desenvolvido fornece a chave para a explicação do menos desenvolvido.

uma luta consequente contra o socialismo de cátedra e desmascararam sua essência reacionária e anticientífica (MARX, 1984, p.8).

“O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade *‘burguesa’*; o ponto de vista do novo é a sociedade *humana*, ou a humanidade socializada” (MARX & ENGELS, 2014, p.539). Esta afirmação aparece como a décima tese de Marx sobre Feuerbach. As onze teses foram publicadas postumamente, por Engels, e acompanhavam um escrito chamado *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Engels as anexou ao seu pequeno escrito sobre Feuerbach, pois considerou que este documento constituía “o primeiro documento em que se fixou o germe genial da nova concepção do mundo” (MARX & ENGELS, s/d, p.170). Como entender, portanto, a afirmação de Marx de que o “ponto de vista” do novo materialismo (ou do materialismo histórico) seria a “sociedade humana” ou a “humanidade socializada”?

O fato de que as expressões apareçam com os termos invertidos ao final da tese (“sociedade humana” e “humanidade socializada”) é revelador da intenção de Marx: as contradições entre a humanidade e a sociedade estariam superadas por esse ponto de vista. Ou seja, a humanidade estaria reconciliada com o seu *ponto de vista humano*.

De um lado, a sociedade burguesa e a sua respectiva divisão em classes, seu fundamento no trabalho assalariado e na propriedade capitalista dos meios de produção: tudo isso fundando a base epistemológica do “velho materialismo”. Do outro, a sociedade humanizada (ou a humanidade socializada), como fundamento epistemológico para o “novo materialismo”.

O sentido dessa tese, para a teoria do conhecimento, é absolutamente revolucionário. Se os pressupostos para o conhecimento são, *em última instância*, pressupostos materiais, nada mais natural que os pressupostos para o conhecimento da sociedade burguesa (e dos demais períodos históricos) apareçam num primeiro momento como pressupostos materiais burgueses; ou seja, o fundamento epistemológico do conhecimento da sociedade burguesa são as próprias condições de produção burguesas: *o trabalho assalariado e a propriedade capitalista dos meios de produção*.

Acontece, porém, que a sociedade burguesa comporta as suas próprias contradições. E assim como a classe detentora dos meios de produção encontra nos fundamentos das relações capitalistas a base da sua própria teoria do conhecimento, a classe que a ela se opõe, no processo produtivo, encontra na *superação* dessas mesmas relações capitalistas o *fundamento real* de sua epistemologia.

Qual é, portanto, esse fundamento real? Qual o sentido das expressões “humanidade socializada” ou “sociedade humanizada” de que Marx nos fala? A

resposta a essa questão é decisiva. Ela constitui o alicerce de toda a teoria econômica e social elaborada posteriormente por Marx e Engels.

3.1 – O ponto de vista soviético

Se tivéssemos que respondê-la algumas décadas atrás, talvez disséssemos: o fundamento epistemológico real é a “propriedade Estatal socialista”, do modo como esta existiu na União Soviética. Em muitas das publicações oficiais do Instituto de marxismo-leninismo de Moscou esse ponto de vista estava expresso com grande clareza. É o caso, por exemplo, de uma volumosa biografia de Marx editada pelo instituto soviético. No último capítulo dessa biografia, intitulado “O marxismo – bandeira da luta dos trabalhadores pela vitória do comunismo”, que funciona como apêndice da obra, lê-se:

Naturalmente que Marx não deixou receitas prontas para a construção do socialismo e do comunismo, não se dedicou a adivinhar os pormenores da sociedade do futuro. Mas a sua contraposição do socialismo e do comunismo, a sua previsão dos contornos essenciais da sociedade socialista, são notavelmente confirmadas pela prática dos países socialistas (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.721).

A afirmação segundo a qual Marx não deu indicações suficientes sobre a sociedade socialista deve ser relativizada. Como veremos, na *Crítica do Programa de Gotha*, Marx fala com bastante clareza sobre este assunto. A advertência da publicação soviética, no entanto, parece ter um propósito claro: escamotear os apontamentos de Marx, fundamentados na *necessidade de superação das relações de capital*, para introduzir a concepção leninista de socialismo:

Ao definir as vias de construção do socialismo, V. I. Lênine partia da tese marxista segundo a qual *a grande indústria constitui a base material do socialismo*. É precisamente na grande indústria que a socialização da produção atinge o seu nível mais elevado. Só ela pode reequipar todos os ramos da economia na base da nova técnica e assegurar um desenvolvimento integral das forças produtivas, o crescimento geral da economia socialista (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.721. *grifos nossos*).

Note-se, portanto, que aqui se fala da “grande indústria” como *base material do socialismo*. Ou seja, a ênfase é dada às *forças produtivas*, e não às relações sociais de produção. Desse modo,

O Partido Comunista da União Soviética aplicou e desenvolveu de modo consequente as ideias leninistas sobre a construção da economia nacional sobre uma base técnica moderna, aplicou com decisão a linha da industrialização socialista do país (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.721).

E ao discorrer sobre as *formas de propriedade*, os biógrafos do Instituto de marxismo-leninismo de Moscou nos informam que os “economistas burgueses confundiram duas formas radicalmente diferentes de propriedade privada”, já que uma delas se baseia no trabalho do próprio produtor e a outra na exploração do trabalho alheio. Assim, para os autores do Instituto, “a propriedade capitalista, baseada na exploração do trabalho alheio, distingue-se radicalmente da propriedade baseada no trabalho pessoal do produtor” (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.721). Atente-se para o fato de que se dá ênfase, aqui, ao *tipo de propriedade* e, mais uma vez, não se fala de relações de capital.

Lénine compreendeu perfeitamente o sentido profundo desta distinção entre as duas formas de propriedade do ponto de vista da estratégia e da tática da luta de classe e da construção do socialismo. A propriedade baseada na exploração dos operários é nacionalizada no decurso da revolução e na sua base são criadas *empresas socialistas estatais*. No que se refere à propriedade baseada no trabalho pessoal, não pode ser expropriada, e durante a revolução coloca-se à classe operária a tarefa de encontrar as formas e métodos de transformar esta propriedade segundo princípios socialistas (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, pp.721-722. *grifos nossos*).

Pode-se notar, portanto, que para a visão oficial soviética, representada pelo Instituto de marxismo-leninismo de Moscou, dois fatores condicionavam o socialismo: o alto desenvolvimento da indústria e a propriedade estatal “socialista” dos meios de produção. E, na prática, “em correspondência com isso, na União Soviética e noutros países socialistas foram criados, para além das empresas estatais na indústria, diversos tipos de cooperativas de produção que agrupam artífices e artesãos” (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.722). Mais uma vez, como se pode ver, não se fala em superação das relações sociais capitalistas. O decisivo são as *forças produtivas*

(desenvolvimento da indústria) e o *status jurídico da propriedade* (propriedade estatal dos meios de produção combinada com a pequena propriedade privada).

A concepção que via o socialismo como sinônimo de propriedade estatal dos meios de produção condicionou, por sua vez, a distorção de um conceito fundamental do marxismo: o de “ditadura do proletariado”. Aqui, como já não se trata de superar as relações de capital, mas de conservá-las e expandi-las através da propriedade estatal dos meios de produção, também não se trata de instituir, pela coerção revolucionária, a dominação de uma nova forma social, baseada no trabalho socialista – ou seja, a “ditadura” de um novo modo de produção. Pelo contrário, trata-se de se instituir a ditadura de um partido – o bolchevique – que domina em nome do “proletariado”. O status jurídico da propriedade muda: as grandes empresas privadas passam a ser propriedade estatal. A relação social, que é o capital, se conserva – e eventualmente se expande. O partido exerce sua ditadura em nome da “transição revolucionária”.

No que se refere ao período de transição, Marx e Lênine caracterizaram de modo perfeitamente determinado os seus limites históricos como período de transição do capitalismo para o socialismo. Marx dizia metaforicamente que a primeira fase da sociedade comunista sucede às longas dores de parto do período de transição. Desenvolvendo as ideias de Marx sobre o Estado deste período como Estado da ditadura revolucionária do proletariado Lênine escrevia: ‘A ditadura do proletariado é uma necessidade absoluta na transição do capitalismo para o socialismo, e na nossa revolução esta verdade obteve a sua plena confirmação prática.’” (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, pp.722-723).

Compare-se estas afirmações com os escritos de Marx sobre a Comuna, por exemplo, e se verá que não há qualquer correspondência entre aquilo que os ideólogos soviéticos concebiam como “ditadura do proletariado” e aquilo que Marx analisara historicamente como sendo a forma finalmente descoberta dessa “ditadura”:

Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins. O poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura permanentes [...] tem sua origem nos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade da classe média como uma arma poderosa em sua luta contra o feudalismo. No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho,

de uma força pública organizada para a escravização social de uma máquina do despotismo de classe (MARX, 2011, pp.54-55).

Marx assinala que a máquina do Estado deve ser quebrada. Numa carta a Kugelmann, observa que essa “quebra” da máquina estatal burocrático-militar é “a precondição de toda revolução popular efetiva no continente (MARX, 2011, p.54)”. Ao contrário do que nos diz Lenin sobre a tomada do poder do Estado e a instituição da “ditadura do proletariado”.

Também no que respeita à industrialização, há uma oposição frontal entre os pontos de vista de Marx e Lenin. Para o primeiro, como vimos, a industrialização resulta no desenvolvimento, ampliação e intensificação do “antagonismo de classe entre o capital e o trabalho” e, nesse contexto, “o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social de uma máquina do despotismo de classe”. Para Lenin, ao contrário, a grande indústria, constituía a base material do socialismo.

É lícito supor, entretanto, que esse ponto de vista de Lenin serviu como justificativa ideológica para o duro processo de industrialização da União Soviética nos anos subsequentes à revolução de 1917. Ao contrário de resultar, pelo crescimento das forças produtivas, no socialismo (ou no comunismo) a industrialização soviética parece ter criado as condições necessárias para a superação daquele primitivo capitalismo estatal e a conseqüente transição para uma economia mais liberal. Foi isso o que se deu, pelo menos, após os programas de reestruturação e transparência de Mikhail Gorbachev no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990.

Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho. A não ser sob essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e um logro. A dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigá-lo o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe (MARX, 2011, p.59).

E em que consiste a escravidão social a que se refere Marx? Não há dúvidas a esse respeito quando, logo adiante, ele se reporta aos dois polos da sociedade atual: os “do capital e da escravidão assalariada”. Ou seja: a Comuna era um instrumento político

para a emancipação econômica. Devia “servir como alavanca” para a *superação do trabalho assalariado*.

Conforme observamos acima, para o Instituto de marxismo-leninismo de Moscou – respaldado por indicações de Lenin – o “Estado socialista” deveria, ao contrário, desenvolver a industrialização e, com isso, criar as bases fundamentais para o socialismo e o comunismo na União Soviética. Não se pode imaginar posição mais antagônica àquela de Marx. Lenin e os ideólogos do Instituto privilegiam o desenvolvimento das forças produtivas como condição para o socialismo; Marx, a transformação das relações de produção.

É certo que para Marx o desenvolvimento das forças produtivas e a transformação das relações de produção mantinham um vínculo estreito. Mas não se pode afirmar que, de acordo com sua teoria econômica, o socialismo ou o comunismo se realizaram com um mero incremento das forças produtivas. Pelo contrário: o desenvolvimento das forças produtivas criaria as condições para que as relações de produção fossem, transformadas. Assim, essa passagem de daria como *ruptura*.

A posição soviética, representada pelo Instituto, portanto, não menciona em nenhum momento a questão das relações de produção ou do trabalho assalariado? No que respeita ao documento por nós analisado, essas expressões aparecem, mas de uma forma em que o seu conteúdo aparece esvaziado. Ou seja, escreve-se “trabalho assalariado” não para referir-se precisamente à relação de produção em si, mas ao trabalhador que recebe um salário. No subcapítulo intitulado “O marxismo e o capitalismo atual”, por exemplo, a equipe de autores pretende argumentar contra aqueles que apontam uma eventual diminuição numérica da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo:

As tendências fundamentais de desenvolvimento do capitalismo, descobertas por Marx, tem agora um aspecto mais evidente. Intensifica-se a exploração do trabalho assalariado, que constitui a base do capitalismo numa escala muito maior que em meados do século passado (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.714).

Aqui se poderá objetar: os autores admitem que a exploração do trabalho assalariado constitui a base do capitalismo e apontam sua intensificação. Mas, logo adiante, o que se vê é que quando se menciona a intensificação da exploração do

trabalho assalariado o que se tem em conta é o *aumento numérico dos trabalhadores assalariados*.

Se em 1848 o número de operários assalariados e de empregados nos países capitalistas era de 10 milhões de pessoas, em meados do século XX era superior a 400 milhões. E o número de operários aumenta incessantemente, em ligação directa com formas de produção mais avançadas, em rápido desenvolvimento (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.714).

E no que diz respeito à observação de que o trabalho assalariado constitui a “base do capitalismo”? Não seria, pois, uma admissão de que, mais do que a propriedade estatal socialista, também para os autores soviéticos o trabalho assalariado – *a relação social*, portanto – era o que deveria ser superado para se “alcançar” o socialismo? Não se pode afirmá-lo. Como vimos, quando os autores se referem ao “trabalho assalariado” tem em mente não a relação social baseada neste, propriamente dita, mas tão somente o “trabalhador assalariado”. Não por acaso faz-se referência ao seu aumento numérico logo em seguida.

Mais adiante os autores voltam a abordar a questão:

Não podendo negar directamente a existência do trabalho assalariado, os defensores do capitalismo actual tentam por todas as maneiras demonstrar que ele tem hoje um carácter radicalmente diferente e que o operário actual não é o proletário despossuído do século XIX, mas um “parceiro social” com direitos iguais ao capitalista. [...] a burguesia monopolista recorre [...] a diferentes formas de demagogia social, a todo tipo de processos para disfarçar a verdadeira situação dos trabalhadores no sistema das relações de produção capitalistas (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, pp.714-715).

Também aqui, quando se fala em “relações de produção capitalistas” a expressão aparece completamente esvaziada do seu sentido original. Os autores soviéticos entendem por “relações de produção capitalistas” aquelas vigentes nos países de economia liberal (ou socialdemocrata). Mas não aquelas existentes na própria União Soviética. Como notamos acima, o que definiria essas “relações de produção” para os autores em questão seria o status jurídico da propriedade: nos países de economia capitalista liberal ou socialdemocrata, “relações de produção capitalistas”; na União Soviética, onde a propriedade era predominantemente estatal, “relações socialistas”.

Prova desse enfoque é que os autores referem-se às condições de vida dos trabalhadores nos países capitalistas, e não à relação social em si, para criticar “o capitalismo”. E fazem a acusação de que nesses países “são feitos esforços desesperados para encobrir o aprofundamento do abismo existente entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que são obrigados a vender ao capital a sua força de trabalho” (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.721).

Por fim, não seria finalmente esta última passagem uma admissão do trabalho assalariado e do capital, como relação social, o ponto decisivo na discussão sobre o capitalismo e o socialismo? Afinal, fala-se em venda da força de trabalho ao capital, aos detentores dos meios de produção.

Também aqui é preciso levar em conta que os autores *partem do pressuposto da propriedade estatal* (tida por eles como “socialista”) para criticar a “venda da força de trabalho ao capital”. Para esses autores o mesmo não ocorreria na União Soviética, já que ali vigia a propriedade estatal “socialista”, ou seja, o trabalhador seria também “dono” dos meios de produção. Por isso não haveria venda da força de trabalho ao capital. Essa interpretação fica clara quando se tem em vista toda a argumentação apresentada no capítulo que nos serve de base à presente análise (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, pp.699-727).

Outro aspecto sumamente importante que merece ser ressaltado é o papel atribuído à tecnologia e à ciência na “construção do socialismo”. “Na URSS o socialismo triunfou já na segunda metade dos anos 30”, dizem os ideólogos do Instituto de marxismo-leninismo de Moscou. E quais são as suas justificativas para situar na segunda metade da década de 1930 o “triunfo do socialismo”? Fundamentalmente, as conquistas materiais, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas.

Como se afirmava nos documentos do XXIV Congresso do PCUS (30 de março – 9 de Abril de 1971), com o trabalho dos soviéticos desenvolveu-se gradualmente a sociedade socialista, o que permitiu passar à realização prática da grande tarefa colocada pelo Programa do Partido - *criação da base técnico-material do comunismo* (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.723. *grifos nossos*).

Aqui fica expresso, com grande clareza que, de acordo com o ponto de vista oficial soviético, os pressupostos do comunismo diziam respeito à uma “base-técnico material”, ou seja, nada tinham a ver com as relações de produção estabelecidas sobre essa base técnico-material.

Em relação com isto adquiriram a maior importância as tarefas da elevação do nível científico-técnico de toda a produção, o aperfeiçoamento das formas de organização da indústria e dos outros ramos da economia, a aceleração do progresso científico-técnico, a combinação orgânica das conquistas da revolução científico-técnica com as vantagens do sistema socialista da economia (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.723).

E, mais adiante:

Os XXV e XXVI Congressos do PCUS mostraram grandiosas perspectivas de avanço da sociedade soviética para o comunismo. [...] É prestada uma atenção especial à elaboração da estratégia econômica do Partido, com vista a assegurar um crescimento dinâmico e racional da economia do socialismo desenvolvido na etapa actual, a aplicação de métodos mais intensivos de criação da base técnico-material do comunismo, e elevação da eficácia e da qualidade da produção social, a utilização adequada dos frutos da revolução científico-técnica para dominar e proteger as forças da natureza para o bem do homem. O Partido liga estreitamente a resolução das tarefas económicas e científico-técnicas ao *aperfeiçoamento das relações sociais* e do modo de vida socialista, à elevação da cultura e ao desenvolvimento multilateral da personalidade na sociedade socialista. (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.723. *grifos nossos*).

O fato de que se fale aqui em “aperfeiçoamento” das “relações sociais socialistas” demonstra o quão longe se chegou no esvaziamento do sentido original do conceito de “relações sociais”. Na passagem das relações sociais burguesas às relações socialistas, como veremos adiante, supõe-se uma *ruptura*: ou seja, trata-se de uma mudança quantitativa que leva a uma transformação da natureza (qualitativa) das relações de trabalho. Não faz sentido, portanto, falar em “aperfeiçoamento de relações socialistas”. O uso da expressão “aperfeiçoamento” evidencia que o que se tem em mente diz respeito a uma mudança quantitativa de algo que já tem sua natureza (qualitativa) definida: ou seja, para os autores soviéticos já se praticavam, na URSS, as relações socialistas de produção e bastaria apenas aperfeiçoá-las. Vimos, porém, que essas “relações de produção socialistas” a que se referem os autores do Instituto de marxismo-leninismo anexo ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, nada mais são do que *as relações de capital estabelecidas numa economia amplamente estatizada: ou seja, relações de produção baseadas no trabalho assalariado e na propriedade estatal dos principais meios de produção*.

Em resumo, pode-se dizer que a ideologia formulada pelos autores soviéticos baseava-se nos seguintes pressupostos: a) a União Soviética era um país socialista desde os anos 1930; b) o que definia a natureza “socialista” das suas “relações de produção” era a predominância da propriedade “estatal socialista” dos meios de produção; c) o comunismo estava em vias de ser alcançado; d) os pressupostos fundamentais do comunismo eram as bases material e técnico-científica avançadas.

É intrigante, nesse contexto, a “interpretação original” que os autores do Instituto encontraram para a conhecida passagem dos *Grundrisse*, em que Marx prevê a progressiva perda de relevância da força-de-trabalho como medida do valor. É necessário reproduzir aqui todo o trecho para que se tenha em conta o grau de distorção do sentido original do raciocínio que contrapunha o desenvolvimento máximo das forças produtivas sob o capital às próprias relações de capital.

Na União Soviética e nos outros países socialistas trava-se uma intensa luta pela aplicação efetiva das mais recentes descobertas da ciência e da técnica à produção, por um rápido e integral desenvolvimento da economia, da ciência e da cultura com vista a uma satisfação cada vez maior das necessidades materiais e espirituais de todos os membros da sociedade. Sob o socialismo, o progresso científico-técnico corresponde inteiramente aos interesses dos trabalhadores, não só alivia como modifica radicalmente o caráter dos processos de trabalho, eleva o papel criador do trabalhador, contribui para eliminar as diferenças existentes entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.724).

E aqui entra o comentário de Marx, utilizado pelos autores para respaldar ideologicamente o progresso técnico soviético:

Realizam-se as profundas previsões de Marx, que, ao analisar as tendências de desenvolvimento da grande produção, como que adivinhou os processos que se estão hoje a verificar. “O trabalho”, escrevia Marx na primeira variante de *O Capital* (manuscritos económicos de 1857-1858), “aparece já não tanto como incluído no processo de produção mas como um trabalho pelo qual o homem, pelo contrário, se relaciona com o próprio processo de produção como seu controlador e regulador” (BIOGRAFIA DE KARL MARX, 1983, p.724).

O que era a conclusão de um complexo raciocínio sobre os limites do capital, passa a ser apresentado, pela visão oficial soviética, como uma inofensiva apologia da técnica a favor da melhoria das condições de trabalho.

A passagem dos *Grundrisse* a qual se referem os autores do Instituto de marxismo-leninismo de Moscou, como já mostramos anteriormente neste trabalho, diz respeito à colocação de uma questão fundamental da teoria de Marx: com o desenvolvimento das forças produtivas (técnico-científico, por exemplo) o valor-trabalho deixa de ser, progressivamente, o fundamento da produção capitalista: o sistema do capital “vai pelos ares”. Marx esboça, ali, o quadro *do colapso das relações de produção capitalistas*. E os autores soviéticos só conseguem “interpretar”, nesta passagem, aquilo que lhes interessa – e de um modo absolutamente deformado: os benefícios do progresso técnico-científico para o trabalhador.

Também aqui não se trata de uma disputa exegética sobre escritos de Marx. Mesmo porque os *Grundrisse* foram publicados postumamente. Trata-se, antes de qualquer coisa, da compreensão precisa daquilo que constitui de fato a natureza do sistema capitalista de produção e, por conseguinte, da natureza do sistema soviético. Numa palavra: *é superação das relações sociais de produção baseadas no trabalho assalariado, e não a propriedade estatal dos meios de produção, que definem o socialismo. Lá onde houver um trabalhador assalariado que venda sua força de trabalho para a valorização do capital, haverá, por conseguinte, relações capitalistas de produção.*

O desenvolvimento completo desse ponto de vista se dará no final deste capítulo. Por ora importa fazer uma breve explanação das críticas realizadas pelos inimigos históricos da interpretação oficial soviética – e que reivindicavam para si a condição de marxistas.

3.2 – O ponto de vista de Trotski

Um caso expressivo é o de Leon Trotski. Após participar do processo revolucionário de 1917 como um de seus principais líderes, Trotski perdeu a batalha pelo poder travada contra Stalin após a morte de Lenin. Teve que deixar a Rússia e, no exílio, escreveu severas críticas à burocracia soviética e aos rumos tomados pela revolução de que ele mesmo participara. Considerava que a revolução não deveria estar restrita a um único país e previu o fim da União Soviética caso se persistisse na ideia stalinista de “socialismo num só país”, ou seja, de que seria possível “construir o socialismo” numa única nação, independente dos rumos da revolução socialista nos demais países (TROTSKI, 1977).

Em suas considerações sobre o stalinismo, Trotski assimilou-o à velha sociedade russa, ou seja, àquela que deveria ter desaparecido com a revolução. Em *Moral e revolução*, ele oferece um quadro sintético de seus principais argumentos e uma interpretação crítica sobre o que considerava a reação stalinista:

A Rússia empreendeu o mais grandioso salto para frente da história, salto que é a expressão das forças mais progressistas do país. Durante o atual período de reação, cuja amplitude é proporcional à da revolução, as forças da inércia tomam sua desforra. O stalinismo tornou-se a encarnação desta reação. A barbárie da velha Rússia, ressuscitada sobre novas bases sociais, assume uma feição ainda mais repugnante, porque agora tem de valer-se de uma hipocrisia sem precedentes na história (TROTSKI, 1978, p.29).

Assim, Trotski reconhece implicitamente, nos rumos tomados pela revolução, uma luta entre o “velho” e o “novo”, das “forças progressistas” e “forças da inércia”. Pode-se considerar que o autor tinha em mente, ao citar essas “forças”, as classes sociais que compunham a sociedade russa¹².

O fato de que classes sociais ainda mais atrasadas que a burguesia tenham sido alçadas ao poder permitiu que se reabilitasse o velho liberalismo para os críticos da revolução:

Os liberais e os socialdemocratas ocidentais, obrigados pela Revolução de Outubro a pôr em dúvida suas ideias envelhecidas, sentem renascer suas forças. A gangrena moral da burocracia soviética parece-lhes reabilitar o liberalismo. [...] Contrapor-se democracia à ditadura, com o intuito de condenar o regime socialista em nome do regime burguês, revela, do ponto de vista teórico, um espantoso manancial de ignorância e má fé. À infecção do stalinismo, realidade histórica, contrapõe-se a democracia, abstração supra-histórica. Mas a democracia teve também uma história, na qual os horrores também não estiveram ausentes. [...] (TROTSKI, 1978, p.29-32).

Nesta passagem é preciso ressaltar um ponto decisivo da crítica de Trotski: o *aspecto político* do stalinismo. Trotski não coloca em questão os fundamentos materiais

¹² Em *A revolução traída*, no entanto, Trotski argumenta: “Demos, desta maneira, o primeiro passo em direção à inteligência da contradição fundamental entre o programa bolchevique e a realidade soviética. Se o Estado, em vez de deperecer, se torna cada vez mais despótico; se os mandatários da classe operária se burocratizam, enquanto a burocracia se eleva acima da sociedade renovada, não é por causas secundárias, tais como as sobrevivências psicológicas do passado etc., é em virtude da inflexível necessidade de formar e de conservar uma minoria privilegiada, enquanto não é possível assegurar a igualdade real. [...] Não os ‘restos, em si próprios impotentes, das classes outrora dirigentes, que impedem o Estado soviético de deperecer e mesmo de se libertar da burocracia parasitária” (TROTSKI, 2008, p.94-95).

do processo produtivo estabelecido na União Soviética, ou seja, não questiona a manutenção do trabalho assalariado como relação social fundamental. Crítica, isso sim – em detrimento do que se poderia chamar a “infraestrutura produtiva” – a superestrutura política que é, em última instância, resultado daquela.

Não por acaso a solução apresentada por Trotski para os desvios da revolução na Rússia é uma outra revolução, de natureza eminentemente política, que afaste do poder a burocracia corrompida, bem como um rápido desenvolvimento das forças produtivas e do aumento no rendimento do trabalho (TROTSKI, 2008).

Ao explicar as conquistas da Revolução de Outubro, Trotski enfatiza que ela:

[...] anulara os privilégios, declarou guerra às discriminações sociais, substituíra a democracia pelo autogoverno dos trabalhadores, abolira a diplomacia secreta; esforçara-se para dar a mais completa transparência a todas as relações sociais. O stalinismo restaurou as formas mais ofensivas de privilégio, conferiu à desigualdade um caráter provocativo, sufocou com absolutismo policial a atividade espontânea das massas, fez da administração um monopólio da oligarquia do Kremlin, ressuscitou o fetichismo do poder sob formas que a própria monarquia absoluta não tivera sequer coragem de sonhar. [...] O stalinismo é um conglomerado das monstruosidades do Estado assim como a história o criou; e é também a sua mais funesta caricatura e a máscara mais repugnante (TROTSKI, 1978, p.29-32).

Aqui, novamente, se enfatizam medidas que não se diferenciam muito daquelas tomadas durante as revoluções burguesas clássicas: anulação de privilégios, combate a discriminações sociais etc. A expressão “autogoverno dos trabalhadores” não deve, contudo, ser tomada ao pé da letra. Ou, pelo menos, no sentido que Marx e Engels davam à essa expressão quando falavam em “ditadura do proletariado”. Na União Soviética o “autogoverno dos trabalhadores” significava apenas que trabalhadores participavam da administração das empresas; e estas, tal como observamos anteriormente, se baseavam em relações capitalistas de produção. “Autogoverno”, para o trabalhador soviético, era apenas a participação na administração de empresas numa economia capitalista, ou seja, numa economia baseada no trabalho assalariado (BETTELHEIM, 1976).

A crítica trotskista ao stalinismo representou, à época, um feito notável. Não só pelo fato dessa crítica ter sido formulada por um dos principais líderes da Revolução de Outubro, pelo organizador do Exército Vermelho e um dos maiores responsáveis pelo triunfo da Rússia na Guerra Civil; a crítica de Trotski ao stalinismo é importante pela

sua coerência interna e pelo que revela sobre a natureza do processo revolucionário, feito de avanços e recuos. Tenha-se em conta, igualmente, que com a ascensão de Stalin ao poder os partidos comunistas de todos os países – que mantinham vínculos estreitos com o seu homônimo russo – orientavam sua política segundo os ditames de Moscou. O futuro da revolução socialista e do comunismo, conforme a crença da época, dependia diretamente das orientações formuladas pela III Internacional. Assim, criticar o stalinismo, no contexto em que Trotski lhe fez oposição, equivalia – na mente dos militantes comunistas da época – a uma traição ao movimento revolucionário internacional. Por isso, além da agudeza da análise política e histórica, devem ser reconhecidos em Trotski a coragem para o enfrentamento de uma orientação política que fazia seus estragos não apenas na Rússia de Stalin, mas em todos os países onde os partidos comunistas seguiam os seus ditames¹³.

No entanto, embora Trotski tenha se colocado como o maior crítico do stalinismo e realizado uma crítica política avassaladora de suas práticas, não deixou de reconhecer, ao mesmo tempo, a natureza “progressista” da economia soviética, ou, mais precisamente, o seu estágio transitório para o socialismo: “É, pois, bastante exato chamar ao atual regime soviético, com todas as suas contradições, não *socialista*, mas *transitório* entre o capitalismo e o socialismo, ou *preparatório* para o socialismo” (TROTSKI, 2008, p.89).

O que faltava à União Soviética para que superasse o estágio de transição para o socialismo era um desenvolvimento material das forças produtivas. Por isso, mais do que as sobrevivências arcaicas do passado econômico e social na Rússia, o que impedia o desaparecimento do estado e o avanço rumo ao socialismo eram fatores mais imediatos: “[...] tais como a indigência material, a falta de cultura geral, a dominação do ‘direito burguês’ no domínio que interessa mais vivamente a qualquer homem: o da sua conservação pessoal” (TROTSKI, 2008, p.95).

Assim, Trotski teoriza sobre o “duplo caráter do Estado Soviético”:

As normas burguesas de repartição, quando incitam o crescimento da força material, devem servir fins socialistas. Mas o Estado adquire imediatamente um duplo caráter: *socialista*, na medida em que defende a *propriedade coletiva dos meios de produção*; burguês, na medida em que a repartição dos bens tem lugar segundo *padrões de*

¹³ Assim, na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), por exemplo, a política equivocada do PCE, orientado por Moscou, foi diretamente responsável pela derrota dos republicanos frente aos franquistas. (ORWELL, 1986).

valor capitalistas, com todas as consequências que decorrem deste fato. Uma definição tão contraditória espantará talvez os dogmáticos e os escolásticos; nada mais nos resta senão exprimir-lhes os nossos pêsames (TROTSKI, 2008, p.94. *grifos nossos*).

Trotsky admite, portanto, que a “propriedade coletiva” dos meios de produção dá, ao Estado soviético, o seu caráter “socialista”. Em seguida, argumenta que a repartição dos bens é baseada nos “padrões de valor capitalistas”. Mas, como se verá adiante, é justamente o fato de que essa “repartição” seja baseada “em padrões de valor capitalistas” que nos impede de classificar a propriedade dos meios de produção na União Soviética como “propriedade coletiva”: é a manutenção do trabalho assalariado o que a transforma em propriedade estatal capitalista e não “propriedade coletiva” ou “social”. O seu status jurídico e as relações sociais sob as quais existe e opera são, neste caso, indissociáveis.

Em que consiste, pois, para Trotsky, a face definitiva do socialismo?

A fisionomia definitiva do Estado operário deve definir-se pela modificação da relação entre as suas tendências burguesas e socialistas. A vitória das últimas deve significar a supressão irrevogável do polícia, por outros termos, a reabsorção do Estado numa sociedade que se administra a si própria (TROTSKI, 2008, p.94).

Mais uma vez, portanto, a ênfase é dada a aspectos políticos e administrativos, ou seja, “superestruturais”. Para Trotsky, “a raiz de uma organização social reside nas *forças produtivas*” (TROTSKI, 2008, p.101), e toda a sua argumentação referente às possibilidades de realização do socialismo na União Soviética reside na superação do seguinte impasse: sem um incremento das forças produtivas não haverá condições materiais para a superação das estruturas burocráticas que impedem a sua concretização.

3.3 – O ponto de vista de Marx e Engels: o capital como relação social

A concepção de Marx e Engels sobre “a natureza” do socialismo, no entanto, difere radicalmente da de Trotski e daquela dos ideólogos soviéticos. Ao realizar a crítica ao programa do Partido Operário Alemão – num documento conhecido como “Crítica do Programa de Gotha” – Marx faz uma explanação sobre os fundamentos da sociedade socialista tal como ela viria ao mundo uma vez superado o modo de produção capitalista. Esse escrito é importante não pelo o que ele poderia trazer de “receitas” para a “construção do socialismo”, mas pelos argumentos em si. Em última instância, não é absolutamente relevante que essa crítica ao Programa de Gotha tenha sido realizada por Marx, já que o que nos ocupa, aqui, é a pertinência intrínseca dos seus argumentos. Não se trata de contrapor a autoridade de Marx às de Trotski e Stalin, mas de analisar as considerações de cada um deles com base na teoria econômica e na sua coerência interna.

Considere-se, por exemplo, as objeções feitas por Marx a um dos pontos do Programa de Gotha em que se reivindicava: “A libertação do trabalho requer a elevação dos meios de trabalho a patrimônio comum da sociedade e a regulação cooperativa [*genossenschaftliche*] do trabalho total, com distribuição justa do fruto do trabalho.” (MARX, 2012, p.27):

“Elevação dos meios de trabalho a patrimônio comum”! O certo seria falar em sua “transformação em patrimônio comum”. Mas isso é apenas um detalhe. O que é “fruto do trabalho”? O produto do trabalho ou seu valor? E, no último caso, é o valor total do produto ou somente a nova fração do valor que o trabalho acrescentou ao valor dos meios de produção consumidos? “Fruto do trabalho” é uma noção vazia, posta por Lassalle no lugar de conceitos econômicos determinados. “O que é distribuição ‘justa’? Os burgueses não consideram que a atual distribuição é ‘justa’? E não é ela a única distribuição ‘justa’ tendo como base o atual modo de produção? As relações econômicas são reguladas por conceitos jurídicos ou, ao contrário, são as relações jurídicas que derivam das relações econômicas? Os sectários socialistas não têm eles também as mais diferentes concepções de distribuição ‘justa’?” (MARX, 2012, p. 27).

Como vimos acima, Trotski argumentava que o sistema soviético tinha um duplo caráter: “socialista, na medida em que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, na medida em que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas” (TROTSKI, 2008, p.94). Como falar em “propriedade coletiva” ao

mesmo tempo em que se fala em “repartição dos bens segundo padrões capitalistas”? Produção e distribuição são atividades reguladas por um mesmo modo de produção. Quando Trotski argumenta em favor da superação da distribuição segundo padrões capitalistas, não termina por se inserir no rol dos sectários criticados por Marx: “[...] não têm eles também as mais diferentes concepções de distribuição ‘justa’?” (MARX, 2012, p. 27). E quando Marx argumenta que a atual distribuição burguesa é a única distribuição “justa” tendo como base o atual modo de produção, não admite, ao mesmo tempo e de modo enfático que produção e distribuição são momentos indissociáveis de um mesmo sistema?

Quando trata da distribuição no socialismo, Marx coloca a questão da seguinte maneira:

“Se tomarmos, em primeiro lugar, o termo ‘fruto do trabalho’ no sentido do produto do trabalho, então o fruto do trabalho coletivo é *o produto social total*. Dele é preciso deduzir: *Primeiro*: os recursos para a substituição dos *meios de produção* consumidos. *Segundo*: a parte adicional para a expansão da produção. *Terceiro*: um fundo de reserva ou segurança contra acidentes, prejuízos causados por fenômenos naturais etc.” (MARX, 2012, p.28).

Da outra parte do produto total, que é destinada ao consumo, ainda seria preciso deduzir:

Primeiro: os custos gerais da administração, que não entram diretamente na produção. [...] *Segundo*: o que serve à satisfação das necessidades coletivas, como escolas, serviços de saúde etc. *Terceiro*: fundos para os incapacitados para o trabalho etc., em suma, para o que hoje forma a assim chamada assistência pública à população carente (MARX, 2012, p.28-29).

Apenas depois dessas deduções é que se pode conceber a distribuição, “ou, mais precisamente, a parte dos meios de consumo que são repartidos entre os produtores individuais da sociedade cooperativa” (MARX, 2012, p.29). Marx explica que na sociedade cooperativa, em que vige a propriedade comum dos meios de produção, “os produtores não trocam seus produtos”; ou seja, o trabalho que se transforma em produtos não aparece, nessa sociedade, como *valor* desses produtos (MARX, 2012, p.29). Na sociedade socialista, portanto, o trabalho não visa à produção de valor em forma de mercadorias ou produtos. E aqui chegamos ao ponto central de nossa argumentação neste capítulo: a superação do capitalismo é, por conseguinte, a

superação da sociedade fundada na produção de *valor*. Na sociedade socialista o trabalhador, feitas as deduções acima apontadas, recebe de volta da sociedade exatamente aquilo que lhe deu: sua quantidade individual de trabalho.

Em que consiste, pois, essa quantidade individual de trabalho? “[...] a jornada social de trabalho consiste na soma das horas individuais de trabalho (MARX, 2012).” Assim, o *tempo individual de trabalho* é a fração da *jornada social de trabalho* que o indivíduo fornece. Ele é o critério para a medida daquilo que o trabalhador deve receber:

Ele recebe da sociedade um certificado de que forneceu um tanto de trabalho (depois da dedução de seu trabalho para os fundos coletivos) e, com esse certificado, pode retirar dos estoques sociais de meios de consumo uma quantidade equivalente a seu trabalho. A mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, agora ele a obtém de volta em outra forma (MARX, 2012, p.30).

Nesse momento da sociedade socialista ainda impera o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, pois ainda é troca de equivalentes. Mas conteúdo e forma são alterados, porque nessa sociedade ninguém pode dar nada mais que seu trabalho e também nada pode ser apropriado pelos produtores fora dos meios individuais de consumo. No que toca à distribuição desses meios, portanto, “vale o mesmo princípio que rege a troca entre mercadorias equivalentes, segundo a qual uma quantidade igual de trabalho em uma forma é trocada por outra quantidade igual de trabalho em outra forma” (MARX, 2012, p.30).

Marx ressalta, contudo, que neste aspecto particular, o “igual direito” é, ainda, de acordo com seu princípio, o “direito burguês”, “embora princípio e prática deixem de se engalfinhar, enquanto na troca de mercadorias a troca de equivalentes existe apenas em média, não para o caso individual” (MARX, 2012, p30).

Apesar desse progresso, esse *igual direito* continua marcado por uma limitação burguesa. O direito dos produtores é *proporcional* a seus fornecimentos de trabalho; a igualdade consiste, aqui, em medir de acordo com um *padrão igual de medida: o trabalho*. Mas um trabalhador supera o outro física ou mentalmente e fornece, portanto, mais trabalho no mesmo tempo ou pode trabalhar por mais tempo; e o trabalho, para servir de medida, ou tem de ser determinado de acordo com sua extensão ou sua intensidade, ou deixa de ser padrão de medida. Esse igual direito é direito desigual para trabalho desigual. Ele não reconhece nenhuma distinção de classe, pois cada indivíduo é apenas trabalhador tanto quanto o outro; mas reconhece tacitamente a

desigualdade dos talentos individuais como privilégios naturais e, por conseguinte, a desigual capacidade dos trabalhadores. Segundo seu conteúdo, portanto, ele é, como todo direito, um direito da desigualdade (MARX, 2012, p.30-31).

Marx argumenta que distorções como essas são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, “tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade” (MARX, 2012, p.31).

Contra o primado das forças produtivas em detrimento das relações sociais de produção, deve-se ressaltar que essas últimas também desempenham um papel absolutamente decisivo no desenvolvimento material. *Para que as limitações do “direito burguês” deixem de se fazer valer na primeira etapa da sociedade comunista, seria preciso, primeiro, que a antiga forma de trabalho – o trabalho assalariado, portanto – fosse superado.* Assim, as forças produtivas também estariam livres para o seu amplo desenvolvimento. Só então se poderia viver sob a divisa: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012, p.31-32).

A diferença em relação a Trotski é patente: enquanto que este preconizava o desenvolvimento material da União Soviética como condição para o socialismo (ou aquilo que ele mesmo concebia como sendo “o socialismo”), Marx argumenta do ponto de vista das relações de produção. Seria preciso que o trabalho assalariado fosse superado, como condição prévia, para que se entre na primeira fase da sociedade comunista.

Note-se, contudo, que ao vislumbrar a primeira etapa da sociedade comunista, Marx argumenta que “o tempo individual de trabalho” fornecido por cada produtor seria ainda o critério para a distribuição dos produtos. Assim, superado o trabalho assalariado, as forças produtivas se desenvolveriam até que esse horizonte limitado de repartição fosse ultrapassado.

Vimos anteriormente, porém, que o desenvolvimento das forças produtivas atingiram atualmente um desenvolvimento colossal (com impressoras 3D, “cobô”, máquinas CNC etc.) ainda sob as condições do trabalho assalariado – e dentro das relações de produção burguesas, por conseguinte. Seria lícito supor, portanto, que aquele quadro antevisto por Marx em que as condições materiais de produção permitiriam ultrapassar os limites das regras burguesas de repartição já se tenham

começado a esboçar desde já. Restaria, pois, como “a tarefa revolucionária” a superação do trabalho assalariado.

Em resumo, por fim, vimos que segundo a concepção soviética, o socialismo baseava-se unicamente na propriedade estatal dos meios de produção: uma questão jurídica, portanto; que, segundo Trotski, o Estado soviético tinha um duplo caráter: socialista, enquanto defensor da “propriedade socialista” e burguês segundo as “normas de distribuição”; e que, segundo Marx, essas “normas de distribuição” só apresentavam um caráter “burguês” na medida em que estabeleciam como critério de distribuição “o tempo individual do trabalho” fornecido por cada produtor.

Quanto à “natureza do socialismo”, portanto, vimos que é indispensável para a sua realização, que não haja mais *a relação social baseada no trabalho assalariado: o capital*. A superação do capitalismo é a superação dessa relação social. Desse modo, a humanidade socializada ou a sociedade humanizada de que Marx nos fala nas Teses sobre Feuerbach é a sociedade onde já não há o trabalho assalariado, onde ele foi *historicamente superado*.

Como, então, funciona essa relação?

Num pequeno texto chamado *Trabalho assalariado e capital*, Marx nos explica, já em sua primeira seção, em que consiste o salário: “Parece portanto que o capitalista compra trabalho deles [dos operários] com dinheiro. Estes *vendem-lhe* o seu trabalho a troco de dinheiro. Mas só na aparência é que isto se passa” e, aqui, o que é decisivo para nossa argumentação, “na realidade, o que os operários vendem ao capitalista a troca de dinheiro é a sua *força de trabalho*” (MARX, 1981, p.27). Não se trata aqui de uma sutileza de expressão: a força de trabalho é, ela também, uma mercadoria específica e com o poder de, uma vez utilizada, *criar valor*.

O capitalista compra essa força de trabalho [...] e depois de a ter comprado, utiliza-a fazendo trabalhar os operários durante o tempo estipulado. Com essa mesma quantia com que o capitalista lhes comprou a força de trabalho [...] poderia ele ter comprado duas libras de açúcar ou uma certa quantidade de qualquer outra mercadoria. Os dois marcos com que ele compraria as duas libras de açúcar são o *preço* dessas duas libras de açúcar. Os dois marcos com que comprou doze horas de utilização da força de trabalho são o preço do trabalho de doze horas de trabalho. A força de trabalho é portanto uma mercadoria, nem mais nem menos como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança (MARX, 1981, p.27).

Mas há uma diferença fundamental entre essas duas mercadorias, açúcar e força de trabalho, como veremos adiante.

Ora, como é que uma soma de mercadorias, de valores de troca, se torna capital? Pelo fato de, como *poder* social autônomo, isto é, como o *poder de uma parte da sociedade*, se manter e aumentar por meio da *troca com a força de trabalho viva, imediata*. A existência de uma classe que nada possui senão a capacidade de trabalho é uma condição prévia necessária do capital. [...] O operário recebe meios de subsistência em troca de sua força de trabalho, mas o capitalista, em troca dos seus meios de subsistência, recebe trabalho, a atividade produtiva do operário, a força criadora por meio da qual o operário não só substitui o que consome como dá *ao trabalho acumulado um valor superior ao que anteriormente possuía* (MARX, 1981, P.40).

Eis o segredo revelado da mercadoria “força de trabalho”: ela é a única que pode criar valor. Diferentemente do açúcar, por exemplo, que ao ser consumido, não cria valor, a força de trabalho, ao ser posta em funcionamento, ao ser consumida, cria um valor maior do que aquele que custou originalmente ao seu comprador.

O capital pressupõe, portanto, o trabalho assalariado, o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles condicionam-se reciprocamente; eles dão-se origem reciprocamente. Um operário numa fábrica de algodão só produz tecidos de algodão? Não, produz capital. Produz valores que de novo servem para comandar o seu trabalho e, por meio deste, para criar novos valores (MARX, 1981, P.41).

E, ponto decisivo para o nosso argumento:

O capital só se pode multiplicar trocando-se por força de trabalho, trazendo à vida o trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só se pode trocar por capital multiplicando o capital, fortalecendo o poder de que é escrava. Multiplicação do capital é, por isso, multiplicação do proletariado, isto é, da classe operária (MARX, 1981, P.41).

No primeiro capítulo nós expusemos a concepção de Lessa e Tonet segundo a qual a condição de proletário estaria vinculada à natureza da tarefa realizada pelo trabalhador, ou seja, proletário seria, para esses autores, o trabalhador que transforma a natureza pelo trabalho manual. Aqui vemos, porém, que a condição de proletário é

vinculada a uma *relação econômico-social*: o trabalhador que vende sua força de trabalho¹⁴ e valoriza o capital.

¹⁴ A definição de “força de trabalho” (*Arbeitskraft*) que nos oferece Marx também não dá qualquer exclusividade às faculdades físicas do trabalhador: “Por força de trabalho [...] entendemos a totalidade (*Inbegriff*) das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva dum homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer espécie [...]” (MARX, 1981, p.41).

CONCLUSÕES

Nesta pesquisa, começamos por analisar as definições de Lessa e Tonet acerca do que seria *o proletariado*. Como vimos, os autores dão ênfase à tarefa prática realizada pelo trabalhador para classificá-lo como proletário: ou seja, só integra essa “categoria” aquele trabalhador que realiza uma tarefa manual. Lembramos, igualmente, que Ricardo Antunes se vale de uma definição mais abrangente para a classe supostamente revolucionária, a qual ele chamou de “classe-que-vive-do-trabalho”. Ou seja, não apenas o trabalhador manual (o “proletário” de Lessa e Tonet) mas todos os trabalhadores que vivem do seu trabalho integrariam essa “categoria”. Realizamos uma análise crítica do ponto de vista de Lessa e Tonet com base, principalmente, nos escritos econômicos de Marx e Rosdolsky. Vimos, nesse capítulo, que “proletário” ou a condição de proletário, dizia respeito, fundamentalmente, a uma relação econômico-social fundada no trabalho assalariado, e não a um determinado tipo de tarefa prático-manual realizada pelo trabalhador. Ressaltamos, por conseguinte, que Marx e Rosdolsky anteciparam um cenário de desenvolvimento das forças produtivas em que essa relação econômico-social (baseada no trabalho assalariado) estaria, cada vez mais, sendo posta em xeque.

Para verificá-la de um modo empírico, precedemos à exposição, no capítulo subsequente, dos resultados das entrevistas realizadas com operários de Araraquara e região. O nosso propósito era comparar o cenário atual do processo produtivo dentro das fábricas com aquele vislumbrado por Marx e Rosdolsky. E os depoimentos colhidos pareceram confirmar, de maneira veemente (e não sem surpresa para nós) o processo crescente de obsolescência da mercadoria força de trabalho nas condições modernas de produção.

Se a força de trabalho, no entanto, torna-se cada vez mais uma mercadoria que se deve dispensar, em busca de novas tecnologias (máquinas CNC, impressoras 3D, “cobôs” etc.), como se deve pensar na classe “sujeito revolucionário” de que nos fala Lessa e Tonet? Ou mesmo na classe que vive do trabalho, segundo Antunes? Como pensar, por conseguinte, numa superação do capitalismo?

Para que se possa pelo menos esboçar uma resposta satisfatória a essa questão seria preciso ter bem claro o que se entende por *socialismo*. Por isso procedemos à exposição, no terceiro capítulo, de três grandes “interpretações” sobre este tema. Contrapusemos as versões soviética, a de Trotski e a de Marx. Vimos como as duas primeiras enfatizavam o desenvolvimento das *forças produtivas* como pré-condição para a realização prática do socialismo ou do comunismo. E que, por fim, a ênfase dada por Marx, recaía nas *relações de produção*. Mostramos, a partir da exposição de sua *Crítica do Programa de Gotha*, que a fase inicial do socialismo só se realiza quando há a superação do trabalho assalariado, ou seja, quando a própria força de trabalho deixa de aparecer como “mercadoria”. Assim, com base na propriedade social (e não estatal) dos meios de produção, estariam dadas condições para que houvesse um crescente desenvolvimento das forças produtivas em direção a uma sociedade que pudesse, inclusive, superar os padrões de medida de “quantidade de trabalho” ou “tempo de trabalho” desenvolvidos dentro da própria sociedade burguesa. Apenas então se poderia viver e produzir segundo a divisa comunista: “De cada um segundo sua capacidade a cada um segundo sua necessidade”.

Ainda no último capítulo, procuramos demonstrar por que o capital é uma *relação social*; que capital e trabalho assalariado não existem um sem o outro. A superação de um, portanto, pressupõe a superação do outro.

O que nos ensinou a pesquisa empírica com os operários de Araraquara e região? Quando começamos esta investigação o nosso propósito era abordar questões relativas não apenas ao processo de trabalho, mas também da vida cotidiana. No entanto, com o desenrolar da pesquisa, os problemas teóricos que nos propusemos tratar se impuseram de maneira mais forte e o resultado foi que a pesquisa empírica tornou-se um complemento da discussão teórica: ou seja, ao abordar uma questão econômica específica da teoria de Marx – a contradição crescente entre forças produtivas e relações de produção – no capitalismo contemporâneo, trouxemos as entrevistas como um ponto de apoio (um “ponto de apoio” decisivo para este trabalho) que respaldasse ou, eventualmente, negasse a nossa hipótese inicial: a de que a força de trabalho se tornava, no moderno capitalismo, uma mercadoria cada vez mais obsoleta.

Por isso, neste sentido é que o nosso trabalho é sobre os operários metalúrgicos de Araraquara e região. Foram eles que deram “materialidade” às nossas investigações teóricas. Foi apenas após tê-los ouvidos na sala de espera do sindicato dos metalúrgicos

de Araraquara, no ambiente das fábricas, nas escolas técnicas da cidade e no ambiente doméstico que nós pudemos enxergar com nossos próprios olhos que as transformações vislumbradas por Marx e Rosdolsky são uma realidade cada vez mais presente em suas vidas.

Com o trabalho de campo obtivemos um conhecimento que seria difícil de adquirir apenas com a leitura de obras teóricas. Ao mesmo tempo, produzimos, com as diversas entrevistas, novos conhecimentos sobre o processo de trabalho na região, seja pelos depoimentos dos operários ou pelo depoimento do gerente que nos atendeu. Ali, inclusive, ficou evidente o modo diferente como indivíduos de classes diferentes enxergam de modo diverso o processo produtivo dentro do qual estão inseridos. Acreditamos que ter dado voz a esses operários, para além da discussão teórica, foi a maior contribuição deste modesto trabalho. Quando procuramos, no início de nossas investigações, o sindicato que representa a categoria em Araraquara e região ouvimos de seu então presidente que havia certo descaso ou desinteresse pelos problemas relativos a esses operários. Sua preocupação (e sua vontade) era que déssemos publicidade a esses problemas. Os relatos de pressão psicológica e tensão constante durante a jornada de trabalho são, possivelmente, o aspecto mais surpreendente das entrevistas por nós realizadas.

Este trabalho, do ponto de vista teórico, procurou ressaltar um aspecto particular e invariavelmente negligenciado da teoria marxista: os limites, por assim dizer, “naturais”, ou *históricos*, da produção capitalista. Quando começamos a sua redação, exemplificamos esse possível limite com o caso emblemático de Youngstown, nos EUA. Ali, como dissemos anteriormente, os empresários que receberam crédito do governo de Barack Obama para recontratar operários desempregados resolveram comprar máquinas 3D que dispensam ainda mais a intervenção do trabalho humano. No momento em que escrevemos esta conclusão, o novo presidente, Donald Trump, está prestes a assumir o cargo. Sabemos agora que Trump recebeu uma votação expressiva em Youngstown (antigo reduto democrata), onde saiu vitorioso. O desespero da “classe operária branca”, desempregada, e cooptada pelo discurso populista, parece ter orientado os votos nas eleições americanas – e particularmente em redutos industriais decadentes como Youngstown¹⁵.

¹⁵ Folha de S. Paulo, 5 de novembro de 2016, p. A10.

O caso americano parece demonstrar de maneira dramática aonde se pode chegar quando há desorientação política aliada a insatisfações econômicas. Por isso acreditamos que este trabalho, ainda que de maneira modesta, se insere num debate absolutamente necessário para o nosso tempo: como superar as atuais relações de produção sem repetir os erros do passado. Num século que promete desempregar cada vez mais; num tempo em que uma persistente e aguda crise resiste em todos os cantos do planeta com maior ou menor força, e em que partidos e políticos de extrema-direita parecem ganhar cada vez mais espaço, a discussão sobre os limites do capitalismo – e o que se dará ou se daria – com sua eventual superação é mais necessária do que nunca.

O verso de Vinicius de Moraes que dá título a este trabalho, retirado do poema *O operário em construção* remete à “tarde mansa” em que o operário, de repente, torna-se consciente da sua condição de criador no mundo. Num ato de coragem e lucidez, depois de sempre ter dito “sim”, começa a dizer “não”. O que buscamos responder aqui, ainda que de modo limitado, é: o que se passa “dentro da tarde mansa” de Araraquara e região? É muito diferente daquilo que se passa nos países mais desenvolvidos, como os EUA?

Nossa pesquisa termina com a esperança de que nossos esforços modestos venham a contribuir de alguma forma para que a coragem e lucidez do operário de Vinicius venham a inspirar os nossos operários e trabalhadores reais: que eles também aprendam o gesto rebelde de negar o mundo tal como está – que eles também digam: “não”.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Adeus ao trabalho?*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BEAUD, S. & PIALOUX, M. *O retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEER, M. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética – Primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIANCHI, M. *La teoria del valor desde los clásicos hasta Marx*. Madri: Alberto Corazón Editor, 1975.

BIOGRAFIA DE KARL MARX. (Vários autores). Moscou: Edições Progresso – Lisboa: Edições “Avante!”, 1983.

BORGES, J. L. *Obras completas*, vol. 1. São Paulo: Globo, 1998.

BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CARDOSO, A. (Org). *As faces da indústria metalúrgica no Brasil: uma contribuição à luta sindical*. São Paulo: DIEESE, 2015.

CASTORIADIS, C. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COTRIM, I. *Karl Marx – A determinação ontonegativa originária do valor*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2011.

- DEUTSCHER**, I. *Trotski: o profeta armado, 1879-1921*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ECO**, U. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ENGELS**, F. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico/Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- _____. *Anti-Dühring – La subversión de la ciencia por el señor Eugen Dühring*. México, D.F.: Editorial Grijalbo S.A., 1968.
- FUKUYAMA**, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GORZ**, A. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. *Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- GRAMSCI**, A. *Antología; Selección y notas de Manuel Sacristán*. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1970.
- HEGEL**, G. W. F. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- LESSA**, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- LESSA**, S. & **TONET**, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LINHART**, R. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- LÖWY**, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- MAGALINE**, A. D. *Luta de classes e desvalorização do capital*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.
- MARX**, K. *Teorias da mais-valia – História Crítica do Pensamento Econômico (Livro 4 de O Capital) Vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Trabalho assalariado e capital*. Lisboa: Edições Avante!, 1981.
- _____. *O Capital. Vol. II, Livro Segundo: O processo de circulação do Capital*. São Paulo: Abril S. A. Cultural, 1984.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e Suas Fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- _____. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.
- MARX, K. & ENGELS, F.** *História/Organizador [da coletânea]* Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Lutas de Classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s/d.
- MORAES, V. de.** *Nova antologia poética*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ORGANISTA, J. H. C.** *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ORWELL, G.** *Lutando na Espanha e recordando a guerra civil*. Rio de Janeiro: Globo, 1986.
- PEREIRA, V.** *O coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- POULANTZAS, N.** *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- PRZEWORSKI, A.** *Democracia e mercado – no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- RICARDO, D.** *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROSDOLSKY, R.** *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2011.
- ROCKER, R.** *Os soviets traídos pelos bolcheviques*. São Paulo: Hedra, 2007.
- RUBIN, I.** *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- SMITH, A.** *A Riqueza das nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas, 2 Vols.* São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- STALIN, J.** *Stalin - Política* (Org. José Paulo Netto). São Paulo: Editora Ática, 1982.
- TROTSKI, L.** *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3v.

_____. *Moral e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A revolução traída*. São Paulo: Centauro, 2008.